

15 de Fevereiro 2021
Segunda-feira
Semanário - Ano 5
Nº 246
Director-Geral
Evaristo Mulaza



RUI CARREIRA, PCE DA TAAG

“Precisamos de recursos [do Estado] para a empresa sobreviver”

Págs. 4 a 6



CONSULTORA ALERTA PARA RISCO DE

Congelamento de contas e bens do Presidente

RELATÓRIO. Procuradores norte-americanos estarão a investigar o Presidente da República, membros da sua família e parceiros de negócios desde há um ano, por suspeitas de violação de leis dos EUA. Consultora internacional Pangea-Risk antecipa que investigações podem levar a congelamentos de bens e à proibição de viagens. Estabilidade das relações com os Estados Unidos também poderá ser afectada. Págs. 8 e 9



OPINIÃO

Hugo Teles, PCE do Banco BIC

Angola, face à crise económica e pandémica

Pág. 17



VEGETAÇÃO TOMA CONTA DO ESPAÇO

Pólo Industrial do Lucala em estado de abandono

Pág. 11

EM CABINDA

Produção de cacau à espera de 'luz verde' da Agricultura

EXPORTAÇÃO. Empresário assegura que há empresas europeias à espera do cacau angolano, mas tudo está dependente do Ministério. Pág. 16

AINDA SOBRE O PORTO DE LUANDA

Consórcio franco-angolano desistiu do Terminal Multiusos por suspeitas no concurso público

Págs. 10 e 11



Editorial

TODOS OS RISCOS

As leituras preliminares levam a um único caminho. Caso se confirmem as alegadas investigações contra o Presidente João Lourenço e sua família nos Estados Unidos, as consequências para o país terão proporções dramáticas. A todos os níveis e em todos os sentidos.

Internamente, ressuscitar-se-á, de forma imediata e fundada, o questionamento sobre a legitimidade moral da condução do duvidoso combate à corrupção. E sairão reforçados os argumentos dos que desprezam a agenda política dominante. Dos que a encaram como um projecto de pura aniquilação de potenciais adversários internos no MPLA, com o foco exclusivo na consolidação e na manutenção do poder de João Lourenço e dos seus próximos.

Externamente, os efeitos não seriam menos devastadores. Uma eventual confirmação dos inquéritos contra o Presidente da República e seus aliados, nos Estados Unidos, descredibilizaria a narrativa de uma nova Angola. De forma mais definitiva e aos olhos de todo o mundo. Colocaria em causa a aproximação às potências ocidentais e respectivas instituições credíctias, deixando o país mais confinado do que jamais esteve no pós-

-guerra. Afinal, é preciso ter em conta que o governo de João Lourenço decidiu mandar recados incómodos para a China, logo no seu ano inaugural. E fê-lo com notável amadorismo político e diplomático, ao ponto de questionar a natureza da relação com o super-parceiro asiático, ao mesmo tempo que se ajoelhava na tribuna do Parlamento Europeu e tratava os Estados Unidos com inquestionável deferência. Isto significa, no fundo, que uma possível confirmação das investigações contra João Lourenço deixaria o país em risco de ver as relações esfriadas com os Estados Unidos, depois de as ter arrefecido por esforço próprio com a China.

Há, portanto, razões de sobra para que

o país se sinta preocupado com as revelações da consultora Pangea-Risk. Até porque, como alerta a consultora, existindo indícios de práticas criminosas, o risco de as investigações serem travadas nos Estados Unidos é reduzido. Não apenas porque a administração de Joe Biden é teoricamente menos tolerante com a corrupção, mas também porque tem total despreço por regimes de terceiro mundo que se mantêm entretidos com violações sistemáticas dos direitos humanos.

Dito isto, o mínimo que se espera, para já, é um pronunciamento do Governo ou do Presidente ou de alguém que fale por ele. É a única forma de manter, pelo menos, suspenso o discurso da liderança na moralização da sociedade, enquanto não surgem os esclarecimentos definitivos sobre as alegadas investigações nos Estados Unidos.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY e Mário Paiva
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82
Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola;
222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



SABENA YOHANNES,

PCA da Afritrack-construção civil e indústria

O condomínio 'Aida Cristina', em construção há mais de 10 anos, ainda não está concluído, mas já foi apresentado. Porquê?

Não restam dúvidas de que o projecto será concluído até ao fim do ano.

E como pode garantir o cumprimento desses prazos?

Pelo menos 85% do material para o acabamento já se encontra no país, faltando apenas elevadores e equipamentos para a clínica que chegam ao país ao longo do ano. Devo acentuar que boa parte do material aplicado na obra, como caixilharia ou mesmo carpintaria e betão, é do nosso fabrico. Ou seja, a Aritrack deve ser a única empresa de construção civil do país com esse modelo de funcionamento. Portanto, somos auto-suficientes.

Como serão comercializadas as moradias?

Já se sabe que as casas variam do equivalente a 200 mil dólares a 400 mil dólares. Temos um parceiro fiável, o Banco BIC, sendo que, para adquirir uma residência, o interessado deverá ter uma conta bancária domiciliada nesta entidade bancária, onde desembolsará apenas 20% do valor global do imóvel. O BIC, por sua vez, faz a cobertura de 80% do crédito, arrasando-o por 30 anos.

TERÇA - FEIRA

O secretário de Estado dos Transportes, Carlos Borges, declara que o aeroporto da Catumbela tem condições acima da média para voos regulares, embora, actualmente, esteja subaproveitado, por causa da pandemia da covid-19.

QUARTA - FEIRA

Um grupo de empresários sul-africanos manifesta, em Pretória, interesse em investir no agro-negócio e em infra-estruturas em Angola, mais especificamente para relançar a produção agro-pecuária em Cabinda.

QUINTA - FEIRA

O Ministério da Indústria e Comércio instaura um inquérito interno à Direcção de Processamento de Licenças para a Exportação e a outros departamentos conexos, para aferir o alegado envolvimento dos técnicos em práticas criminosas no Porto de Luanda.



SEXTA - FEIRA

O PCA da Agência Reguladora de Certificação de Carga e Logística, Catarino Pereira, garante que a instituição vai focar-se na implementação da rede de plataforma logística do país, com vista a tornar essa actividade "mais organizada".



SÁBADO

A Catumbela, em Benguela, conta com um novo mercado com capacidade de acolher mais de 150 feirantes que vendiam em condições precárias.



DOMINGO

A Polícia Nacional detém três cidadãos nacionais, por alegadamente terem roubado 100 toneladas de travessas de carris ferroviários dos Caminhos-de-Ferro de Luanda (CFL).



SEGUNDA-FEIRA

A primeira plataforma digital com foco na modernização e capacitação das cooperativas, denominada 'Promove', entra em funcionamento. A plataforma tem como objectivo facilitar o acesso destas às linhas de financiamento aprovadas pelo Governo.

COTAÇÃO



PETRÓLEO SEMPRE A SUBIR...

O petróleo começou a semana no verde, motivado pelo optimismo da vacina contra a covid-19 que antecipa um aumento da demanda. O Brent, referência às exportações nacionais, registou ganhos de 1,30%, ao negociar as entregas para Abril nos 63,24 dólares. O WTI, por sua vez, negociou as entregas para Março nos 60,13 dólares, representando ganhos de 1,11%.



OURO EM QUEDA...

O ouro, por sua vez, quebrou 0,24%, negociando as entregas de Abril a 1.818,90 dólares por onça troy. Em sentido inverso, a prata teve ganhos de 1,27% nas entregas de Março, tendo negociado nos 27,675 dólares por onça troy. Para o mesmo período, o cobre avançou 1,02%, para os 3,8265 dólares por libra-peso.

Entrevista

RUI CARREIRA, CEO DA TAAG

“[Redução de salários] é uma possibilidade que não pode ser descartada”

Em 2020, a TAAG foi praticamente financiada pelos seus fornecedores e prestadores de serviços. A revelação é de Rui Carreira, o presidente da comissão executiva da empresa. No seu bem conhecido estilo directo, fala também da dívida, da redução dos custos de estrutura, de cortes de subsídios e da estratégia comercial pós-covid.

Por Pedro Narciso

Com os prejuízos causados pela covid-19 no sector aéreo, qual é a realidade actual da TAAG?

Com o eclodir da pandemia em Março último, e com ela todas as consequências para a mobilidade das pessoas, a receita reduziu, no exercício passado, em 70% (usd 120 milhões) relativamente ao período homólogo (usd 385 milhões). As estimativas iniciais da empresa relativamente ao plano de receitas de 2020 previa um fecho na ordem de 400 milhões de dólares. No que concerne ao número de passageiros, ascendeu a 368 mil, uma quebra de 75% face a 1,4 milhões do ano transacto.

E os resultados do transporte de carga?

Como em todas as companhias aeronáuticas, tivemos de nos adaptar ao momento. E, em 2020, a receita do transporte de carga superou a receita de 2019 em 19 milhões de dólares. Neste momento, estamos a concluir o fecho de contas do exercício do ano passado, por isso, ainda não nos é possível divulgar os resultados.

Como a companhia está a suportar as suas necessidades, entre as

quais as estruturas no exterior (delegações)?

Até ao momento, não se deixou de pagar salários, porque alguns factores têm contribuído para suportar as necessidades da empresa.

Por exemplo...

Por um lado, a realização de alguns voos de carácter humanitário e de transporte de carga em todos os segmentos (intercontinental, regional e doméstico) permite gerir as reservas de tesouraria. Por outro, os Estados, os principais fornecedores e os prestadores de serviços responderam positivamente ao apelo global das companhias aéreas para deferir as suas cobranças e escalonar as dívidas existentes. Isto deve-se ao facto de todos reconhecerem a importância do sector do transporte aéreo para a economia mundial, que corresponde a 4% do PIB.

Face a este cenário, quais as expectativas quanto à capacidade financeira da empresa, agora que a IATA anunciou que, antes de 2024, não haverá recuperação ao nível dos valores pré-pandemia?

Devo afirmar que já se está a chegar ao limite dessa capacidade e, por isso, será urgente uma intervenção financeira mais eficaz por parte do Estado angolano, no que diz respeito à companhia de bandeira.

Não houve ainda nenhuma intervenção financeira do Estado, uma espécie de auxílio de emergên-



Defendemos a continuidade do negócio e, por isso, é urgente a existência de uma alavanca financeira.



Consideramos irrefutável a importância da TAAG para as economias do país e das sub-regiões africanas.

cia, à semelhança do que acontece lá fora com as companhias de bandeira?

Por razões estratégicas, o Estado angolano devia fazer o mesmo. Precisamos, como todas as companhias do sector, de recursos para que a empresa possa sobreviver, estabilizar e eventualmente recuperar. No entanto, o Estado foi, sem dúvida, um cliente importante em 2020.

E o que é que considera um cliente importante?

Significa que uma boa parte dos nossos recursos vêm de serviços prestados ao Estado, cujo esforço em honrar as suas obrigações para com a companhia reconhecemos.

É exagerado pensar que a empresa pode falir?

Muito exagerado.

Razões...?

A TAAG tem património para não falir, por um lado. Por outro, não devemos ignorar o facto de que o accionista maioritário é o Estado. Por conseguinte, defendemos a continuidade do negócio e, por isso, é urgente a existência de uma alavanca financeira.

Mas...

Consideramos irrefutável a importância da companhia para as economias do país e das sub-regiões africanas às quais pertencemos. Mais, ambicionamos, a longo prazo, ser líderes a nível regional e estar

NÚMEROS

19

Em 2020, a receita do transporte de carga superou a receita de 2019 em dezanove milhões USD.

70%

A receita reduziu em 70 por cento (usd 120 milhões) relativamente ao período homólogo (usd 385 milhões).

1,4

Milhões, número de passageiros ascendeu a 368 mil, uma quebra de 75% face a 1,4 milhões do ano transacto.

500

Milhões de dólares é o valor da dívida da TAAG, segundo demonstrações financeiras de 2019.

“O Plano de Reestruturação, que é uma condição fundamental para a continuidade do negócio, merece todo o apoio do Estado.”



CEO garante que os Dash-8 são as aeronaves adequadas para sustentar a estratégia do Executivo de transformar Luanda num hub regional e intercontinental.

Os trabalhadores (...) estão dispostos a consentir sacrifícios para a manutenção dos seus empregos.

Há um aumento extraordinário nos pedidos de reembolso.”

Finalizamos o processo de saneamento das contas por via da compensação de saldos.

Em 2020 (...) a empresa foi, praticamente, financiada pelos seus fornecedores e prestadores de serviços.

Mário Marques © VE

nos cinco principais players a nível do continente.

E não o preocupa, particularmente, a dívida?

Preocupar, não há dúvida... preocupa. A dívida agravou-se em 2020, pois nesse ano a empresa foi, praticamente, financiada pelos seus fornecedores e prestadores de serviços. A nível mundial, as perdas no sector da aviação civil já rondam os 118,5 mil milhões de dólares e estima-se que estas perdas atinjam 84,3 mil milhões de dólares em 2021. A nossa empresa não está fora deste contexto.

A subida da dívida da TAAG é inevitável?

De acordo com as nossas demonstrações financeiras de 2019, a dívida ronda os 500 milhões de dólares, dos quais 190 milhões é dívida de longo prazo referente à compra de aeronaves.

Não receia que a implementação do Plano de Reestruturação fique comprometida?

O Plano de Reestruturação é uma condição fundamental para a continuidade do negócio, razão pela qual merece todo o apoio do Estado, existe e já está a ser implementado. Aliás, são notórios alguns dos seus efeitos. Por exemplo, finalizámos o processo de saneamento das contas por via da compensação de saldos, e está em curso o processo de

realização do capital social, uma empreitada importante, pois permite uma melhor e mais saudável exposição da empresa perante as instituições financeiras nacionais e internacionais. Mas não é suficiente para este período de emergência, em que registamos uma paralisação quase total das nossas operações.

Os custos de estrutura não são para aqui chamados?

Olhe, outro efeito importante do Plano de Reestruturação é a redução dos custos de estrutura, o nosso maior desafio ao longo dos tempos. Neste quesito, renegociámos alguns contratos referentes a serviços de apoio e já é possível vis-

lumbrar poupanças importantes. Por outro lado, abrimos concursos públicos para os serviços de handling e catering em todas as nossas estações (incluindo Luanda) e perspectivamos também reduções significativas sem penalizar a qualidade desses serviços, no âmbito da redução dos custos operacionais variáveis.

Vai ser necessário despedir funcionários?

Um dos pilares do Plano de Reestruturação é a adequação orgânica da TAAG à dimensão da sua operação. As operações vão diminuir, estamos a encerrar escalas, a reduzir voos em algumas rotas e a suspender voos para destinos não rentáveis.



O Estado foi, sem dúvida, um cliente importante em 2020.

Continuação na página 6

Entrevista

Continuação da página 5

Ainda no cenário pré-covid, fechámos as rotas do Rio de Janeiro, Porto, Harare, Lusaka, Havana e Praia e reduzimos as frequências em todas as rotas.

E...?

Obviamente haverá, como consequência, capital humano ocioso e a empresa tem de arranjar soluções de requalificação e reenquadramento destes técnicos, pois, dentro da estratégia de diversificação da nossa economia, eventualmente haverá actividades produtivas para absorver esta mão-de-obra qualificada. Contamos também com o apoio do Estado para esta tarefa de grande responsabilidade social.

Defende a redução de salários, como aliás está a acontecer nas maiores companhias aéreas do mundo?

Os trabalhadores têm plena consciência da importância da sobrevivência da empresa e estão dispostos a consentir sacrifícios para a manutenção dos seus empregos que são o garante da sustentabilidade das suas famílias...

...Assim sendo...

...Estamos a fazer tudo para não ter de reduzir os salários. Mas, obviamente, essa possibilidade não pode ser descartada.

E quanto aos subsídios?

Suspendemos temporariamente alguns subsídios que, nesta fase, podem ser dispensados, nomeadamente os de transporte e de alimentação para quem está a trabalhar remotamente em casa, por força das restrições ligadas à pandemia. Aos detentores de cargos de administração e direcção, foram também suspensos temporariamente os subsídios de representação, só para citar alguns exemplos. Esta medida mereceu a compreensão de todos.

Relativamente ao mercado pós-pandemia, está a ser estudado?

O estudo e observação do mercado é uma tarefa diária numa companhia aérea de voos regulares. Certamente, nas nossas equações habituais, somos agora obrigados a introduzir novas variáveis, como a incerteza e a volatilidade, para termos uma perspectiva que nos permita planear com antecipação.

Acha que as viagens de negócios podem nunca mais retornar aos níveis pré-pandémicos, uma vez que as empresas se estão a acostumar às soluções da Internet?

Esse é um aspecto a ter em conta quando observamos o comportamento da procura. O segmento empresarial é importante por corresponder ao alto 'yield'.

Mas...

Mas há, evidentemente, uma parte importante do turismo de negócios que só faz sentido presencialmente. E este segmento está ansioso que a pandemia acabe, de forma a poder voltar à sua actividade.

A estratégia comercial está também atenta a novas oportunidades de mercados regionais, ou nem por isso?

A África Austral e Central apresentam um défice de conectividade que constitui, com toda a certeza, uma janela de oportunidade para a TAAG, que está pronta para servir este mercado mal as condições o permitam. Esta possibilidade está alinhada com a nossa visão de competir com os melhores no continente. Neste momento, estamos a preparar-nos para começar os voos para São Tomé.

Os custos operacionais domésticos justificam os preços tão altos dos voos provinciais?

A estrutura de custos, mesmo em voos domésticos, é de 80% em divisas e kwanzas indexados ao dólar. Por este facto, os preços dos bilhetes têm de ser permanentemente ajustados para fazer face à constante depreciação do kwanza.

O preço dos bilhetes domésticos pode subir?

Até ao momento, não há nada que indique esse aumento, apesar de o preço do combustível JET-A1 estar a subir em Angola, contrariando a tendência mundial de descida. Temos um preço muito acima da média mundial.

Os voos domésticos podem fazer parte dos desafios para redimensionar a companhia?

Os voos domésticos sempre fizeram parte da nossa estratégia comercial e são um imperativo social a observar. É missão da TAAG ligar o país por via aérea, utilizando as suas aeronaves como meio de transporte rápido e versátil. Foi com este fim, e o de aumentar a eficiência deste importante seg-

DE PILOTO DE CAÇA A PRESIDENTE DA TAAG

Rui Carreira é uma das vozes mais autorizadas em aviação de Angola, sector para o qual entrou aos 21 anos, como piloto aviador de caça da Força Aérea Angolana, e nunca mais parou. Antigo oficial das Forças Armadas, desempenhou, na aviação civil, entre várias funções profissionais, a de piloto comandante e chefe de frota.

Entre os cargos de gestão na TAAG, destacam-se o de coordenador adjunto do Comité de Refundação, de administrador executivo e de coordenador adjunto da comissão de gestão, antes de ser nomeado presidente da comissão executiva, em 2018.

No seu currículo, contam-se também os cargos de presidente da Associação dos Pilotos de Angola e de director-geral do Instituto Nacional da Aviação Civil.

Natural de Luanda, há 54 anos, ler e tocar violão são as suas paixões. No futebol, o Petro de Luanda, Asa, Sport Lisboa e Benfica, Manchester United e Flamengo são os clubes do coração.

Rui Carreira tem ainda uma licenciatura em Direito, é mestre em Finanças Empresariais e pós-graduado em Alta Direcção de Empresas. Fala francês, inglês, russo e espanhol.



mento, que a companhia comprou seis DASH-8, dos quais já chegaram três ao nosso país.

Que resultados se espera com a introdução na frota dos aviões do tipo DASH 8-400s?

Estas aeronaves têm a oferta de lugares adequada ao nosso mercado doméstico e países vizinhos. E representam uma poupança de 70% em consumo de combustível, comparativamente à aeronave que utilizávamos anteriormente. Esperamos, com a aquisição dos DASH-8, um maior equilíbrio nas nossas demonstrações de resultados por rota e uma maior flexibilidade nas opções de horários de voos para os nossos passageiros.

Dentro da estratégia do Executivo de transformar Luanda num hub regional e intercontinental, os Dash-8 são as aeronaves adequadas para alimentar as rotas mais longas, por causa da sua versatilidade e baixo custo operacional.

TRANSPORTE DAS VACINAS CONTRA COVID-19

E qual é o calendário previsto para a chegada dos restantes aviões?

Pre vemos que as restantes aeronaves cheguem nos próximos meses, Março, Abril e Maio.

Vão contratar pilotos estrangeiros?

Neste momento, não temos necessidade de contratar pilotos estrangeiros para este tipo de aeronave. Contudo, está em curso um processo de formação, cujos instrutores ainda são estrangeiros, mas que serão paulatinamente substituídos por quadros nacionais.

O negócio com a Boeing está definitivamente anulado?

Em qualquer contrato há obrigações para ambas as partes. Contudo, por causa da crise económica em Angola e reforçada pelos efeitos da pandemia, o negócio com a Boeing está a ser revisto pelas partes mediante discussões em que tem imperado a boa fé e uma grande flexibilidade.

É verdade que a empresa americana reclama por indemnização?

Até agora não houve qualquer reclamação.

Em 2022, é possível termos uma gestão privada à frente da TAAG, sem intervenção do Estado - à excepção de um possível voto de qualidade do chairman, nomeado pelo Estado, nas reuniões periódicas da administração?

É preciso saber diferenciar a propriedade (que são os accionistas) da gestão. Neste momento, os gestores são todos profissionais da aviação. Não são funcionários públicos. Em 2022, tal como se planeia, eventualmente haverá uma alteração da estrutura accionista e caberá a ela a nomeação dos gestores e a definição dos objectivos da companhia.

A TAAG será a transportadora oficial para o transporte das vacinas contra a covid-19?

Vamos apoiar o transporte de vacinas para algumas províncias, mediante a solicitação do Ministério da Saúde, instituição com a qual temos tido reuniões sobre esta importante tarefa.

Está a dizer que não serão os vossos aviões a trazer as vacinas para Angola?

Exactamente. O Ministério da Saúde faz parte da plataforma internacional COVAX, que garante o transporte das vacinas desde a origem para os países destinatários.

E já se equiparam os aviões com as arcas apropriadas para o transporte das vacinas para as províncias?

Todos os detalhes técnicos estão a ser debatidos internamente. Na devida altura, a TAAG estará preparada para o cumprimento de mais uma nobre missão.

Há muitos pedidos de reembolso?

Há um aumento extraordinário nos pedidos de reembolso. Reconhecemos que não têm sido realizados à velocidade exigida pelos nossos clientes, pois, como devemos calcular, a companhia não tem capacidade imediata de resposta ao nível da tesouraria...

E agora?

Entretanto, temos estado a encorajar os clientes a obterem o voucher - um título com o valor do bilhete comprado -, que tem validade de um ano.

Com este voucher, o cliente pode adquirir um bilhete para outro destino qualquer, é isso?...

...e pode ser transmitido a outra pessoa.

Várias soluções num único serviço

O futuro é agora

OFFICE KIT

Office Voz
Office Net
Office VPN
Office VPBX

Linha de Apoio
a Empresas

19 300

www.unitel.ao

 **UNITEL**
EMPRESAS

Economia/Política

CONSULTORA REVELA INVESTIGAÇÕES NOS EUA

João Lourenço arrisca-se a ter contas bloqueadas e viagens proibidas

RELATÓRIO. Consultora revela detalhes de alegada investigação das autoridades norte-americanas a João Lourenço. Iniciadas há cerca de um ano, investigações terão desacelerado no final do ano em resultado de lobby, mas tenderão acelerar nos próximos meses, com a administração Biden.

Por César Silveira

Procuradores norte-americanos estão a investigar o Presidente João Lourenço, sua família e parceiros de negócio, por eventuais violações das leis e regulamentos dos EUA e, caso se confirmem as suspeitas, os implicados podem ter activos congelados, contas bloqueadas e viagens proibidas.

O alerta vem no relatório com o título 'Administração dos Estados Unidos Aumenta a Investigação ao Presidente Angolano e Parceiros de Negócios' da consultora Pangea Risk, especializada em análise de informação para gestão de risco sobre negócios em África e no Médio Oriente.

O documento, consultado pelo VALOR, dá conta que as investigações iniciaram "há quase um ano" mas que tendem a ser intensificadas "sob a

administração Biden" depois de terem conhecido uma desaceleração em finais de 2020 "com apoiantes do então presidente Donald Trump, como o proeminente angariador de fundos Elliott Broidy, que fizeram lobby em nome do Governo angolano".

"Uma empresa de defesa detida pela Broidy ganhou grandes contratos com o actual governo angolano. Broidy confessou-se culpado, em Outubro de 2020, em um outro caso de lobby estrangeiro e foi perdoado por Trump em Janeiro de 2021. Outro defensor do fortalecimento das relações Angola-EUA foi o ex-secretário de Estado dos EUA Mike Pompeo, que visitou Luanda em Fevereiro de 2020 e encontrou-se com o Presidente Lourenço para discutir o fortalecimento dos laços económicos e o apoio à luta de Angola contra a corrupção", refere a consultora. E salienta que "a investigação está, portanto, a tentar provar que João Lourenço e seu governo não só violam as próprias leis de probidade de Angola, mas também infringem os estatutos, leis e regulamen-



tos" norte-americanas.

"Se os EUA encontrarem jurisdição, as implicações para o Presidente Lourenço e sua alegada rede de familiares e associados serão muito mais amplas e graves, incluindo potenciais congelamentos de activos, proibições de viagens, suspensão

de contas bancárias e outras sanções direccionadas contra a família mais proeminente de Angola e seus parceiros", alerta a consultora, sublinhando que um desfecho desfavorável para João Lourenço teria necessariamente implicância nas relações entre Angola e os Estados Uni-

dos, bem como com as diversas instituições bilaterais.

OS IMPLICADOS

Estão na linha de investigação, de acordo com o documento, parceiros de negócios e membros da família de João Lourenço, desatando-se primeira-dama, Ana

A MINA DE COBRE DE MAVOIO, no Uíge, apresentou resultados animadores nos estudos preliminares, em curso desde 2009, e tudo indica que a exploração poderá iniciar em 2023, revelou à Angop Rui Lopes, PCA da Smica, empresa gestora do projecto.

Afonso Dias Lourenço, além de filhos, sobrinhos e irmãos. “Um segundo círculo de influência envolve proeminentes associados de negócios, ministros, funcionários públicos e os conselheiros mais confiáveis de Lourenço, como o ex-vice-presidente Manuel Vicente, que esteve implicado em vários escândalos de corrupção em Angola e internacionalmente”, escreve a consultora.

A Pangea-Risk sublinha que os procuradores consideram “as diferentes camadas de influência e empresas interrelacionam-se de forma complexa para ofuscar a propriedade e desviar fundos públicos em benefício da rede e do MPLA”. Entre as empresas, o relatório cita a “Orion Agência de Marketing, a Publicidade e Produção SA (Orion), que ajuda a financiar o MPLA e a enriquecer a própria família”, assim como a Gefi SA, braço empresarial do MPLA, salientando que esta empresa está “há muito envolvida em opacos contratos estatais”. Cita ainda “um novo conjunto de empresas controladas pela rede que actuam transversalmente em sectores como construção, bancos, imóveis e compras militares”.

Como um dos exemplos do “novo conjunto de empresas”, o relatório cita a Omatapalo - Engenharia & Construção, SA (Omatapalo), “empresa ligada ao Presidente Lourenço, que obteve em 2019 pelo menos três obras estatais no valor superior a 450 milhões de dólares”. Segundo o relatório, a investigação também está a averiguar “transacções fraudulentas e suspeitas feitas por outras empresas controladas por Lourenço, incluindo compras militares pela Simportex EP, vários bancos, empresas de construção e empresas holding sob seu controle”.

De acordo com a Pangea-Risk, a investigação também considera a época em que João Lourenço foi ministro Defesa, entre 2014 e 2017 e, mais concretamente, o contrato de 450 milhões de dólares para aquisição de equipamento militar à Privinvest, empresa que está no centro do escândalo dos empréstimos ocultos em Moçambique que, coincidentemente, foi revelado pela Pangea-Risk em 2016. A aquisição foi feita através da Simportex EP e envolveu muitos



A CONSULTORA...

A Pangea-Risk é uma agência que se apresenta como especialista em análises e previsões sobre riscos políticos, de segurança e econômicos na África e no Oriente Médio. Fundada em 2015 como EXX Africa, foi rebatizada como Pangea-Risk em 2020 e desde então se tornou uma consultora e assessora de risco. Esteve na base das primeiras informações do conhecido caso “Dividas Ocultas” de Moçambique. Tem na sua base de clientes empresas como a Heineken, Trafigura Standard Bank, Walt Disney, Chevron e Afrixibank.

dos mesmos indivíduos indicados pelas autoridades dos EUA no escândalo de Moçambique.

O QUE ESTÁ A SER INVESTIGADO

A investigação concentra-se principalmente em violações da legislação da lei de práticas de corrupção no exterior, FCPA (Foreign Corrupt Practices Act), assim como uma série de outras leis, incluindo a Lei de Sigilo Bancário dos EUA, a Lei de Registro de Agentes Estrangeiros (FARA), a Lei de Viagens, a Lei Patriótica dos EUA e várias violações de Ativos Estrangeiros Regulamentos de Controle (OFAC). As alegadas evidências

incluem informações obtidas por meio de um acordo judicial do Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DOJ) com a Odebrecht S.A., que envolve alegações de subornos e comissões ilegais pagas pela Odebrecht a empresas alegadamente detidas pelo Presidente João Lourenço, sua esposa e seus parceiros de negócios próximos. Segundo a consultora, o caso da Odebrecht está no centro das investigações sobre eventual violação da FCPA.

“O acordo de confissão revelou que a Odebrecht pagou US \$ 20 milhões à Orion em 2017. Fontes locais informaram que parte do pagamento da Odebrecht foi usada para financiar a campanha de reeleição do MPLA nas eleições legislativas de Agosto de 2017 que levaram Lourenço ao poder no mês seguinte. Neste caso, o pagamento seria uma violação dos regulamentos de combate à lavagem de dinheiro e da Lei de Proibição de Angola. A transacção ilícita entre Odebrecht e Orion foi realizada em dólares norte-americanos, invocando também a jurisdição investigativa e do Ministério Público dos Estados Unidos”.

A fim de estabelecer a sua jurisdição sobre essas supostas violações, a investigação dos Estados Unidos concentra-se em transacções envolvendo interesses dos Estados Unidos, como o uso de sua moeda e de bancos sediados nos Estados Unidos, o envolvimento de empresas sediadas ou listadas nos EUA, bem como propriedades imobiliárias e outras compras feitas nos EUA pela família Lourenço. Outras alegadas violações que estão em investigação incluem viagens suspeitas aos EUA, a contratação irregular de empresas de lobby com base nos EUA, riqueza inexplicada dentro dos EUA e uma conspiração para fraudar o Departamento de Justiça dos EUA.

PRESIDÊNCIA DESVALORIZA ACUSAÇÕES

A Presidência não fez qualquer pronunciamento oficial desde que estas acusações começaram a circular nesta segunda-feira, mas quadros seniores ligados à Presidência promovem uma campanha que dá como “falsas” as alegações.

Taça Cheia

Todos os sábados,
às 19:00,
com
Sebastião Vemba

96.1 fm

Rádio Essencial

Economia/Política

POR SUSPEITAR DE “MANIGÂNCIAS” NO CONCURSO PÚBLICO

TL-MP desiste do Porto de Luanda antes do desfecho

EXCLUSIVO. Depois de lutar, com a apresentação de uma contestação, consórcio internacional desistiu de tentar ficar com a gestão do Terminal Multiusos do Porto de Luanda. ‘Toalha ao chão’ foi lançada antes de ser publicado o relatório final. Consórcio franco-angolano desconfiou de manobras.



A ICTS contesta ainda as propostas de investimento no porto, em especial as que permitem atingir a capacidade de número de contentores.

Por Emídio Fernando

O consórcio internacional, que juntou a empresa de origem francesa Terminal Link e a angolana Multiparques, desistiu do concurso público para a gestão do Terminal Multiusos do Porto de Luanda, mesmo antes do desfecho do processo.

Numa carta enviada à Comissão de Avaliação do Concurso (CAC), antes de conhecer o relatório final com a respectiva decisão, o consórcio TL-MP escreve que foi com “desilusão que comunicamos esta posição”, acrescentando estar “convicta” de ter “conseguido a proposta mais consistente, exequível e atractiva” para a gestão do Terminal do Porto de Luanda.

Ainda antes de endereçar a carta, a Terminal Link entregou uma exposição à CAC, logo a seguir a esta ter concluído o

18,1 981

Nota atribuída à TL-MP depois de ter recebido a contestação do consórcio

primeiro relatório preliminar a 23 de Setembro do ano passado. Dias depois, o consórcio, numa longa contestação, apontava erros, falhas e incongruências por parte da Comis-

são, nomeada pelo Ministério dos Transportes.

Só que o resultado à resposta, que foi favorável às pretensões da TL-MP, causou estranheza e foi o motivo principal que pro-

DUAS JUÍZAS AVALIAM PROVIDÊNCIAS

Duas juízas do Tribunal Supremo, Joaquina do Nascimento e Anabela Vidinhas, têm em mãos, cada uma, as providências cautelares números 146/21 e 167/21, respectivamente, interpostas pela empresa International Container Terminal Services (ICTS), que contesta a entrega de gestão do Terminal do Porto de Luanda à DP World.

Tal como o VALOR adiantou na semana passada, a multinacional filipina exige a anulação do concurso público, lançado em Dezembro de 2019, apontando por uma série de irregularidades nas conclusões do processo, entre elas, as alterações de critérios e a introdução de outros que não constavam no Caderno de Encargos.

Além disso, a ICTS aponta a “enorme discrepância” de receitas a reverter para o Estado entre as suas propostas e as da DP World, que era um dos critérios de maior peso na escolha do vencedor, apontando para uma diferença de mais de 535 milhões de dólares.

A ICTS contesta ainda as propostas de investimento no porto, em especial as que permitem atingir a capacidade de número de contentores. A empresa filipina afirma tratar-se de “um milagre” a ideia da DP World, num espaço de um mês, ter ‘saltado’ de uma proposta inicial de 500 mil contentores por ano para os 700 mil, aproximando-se do que tinha sido projectado pela ICTS desde o início do processo.

Apesar da entrega das providências cautelares, o Ministério dos Transportes assinou com a DP World, em finais de Janeiro, o contrato de concessão do Terminal do Porto de Luanda por 20 anos.

vocou o auto-afastamento do consórcio. A razão é simples: o consórcio desconfia que “houve manigâncias”, como revelou uma fonte próxima do processo ao VALOR. Como tal, rejeitou

O DIRECTOR-GERAL DA ACÇÃO ANGOLANA para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (Adra), Carlos Cambuta, criticou o facto de ser recorrente o Governo destinar à agricultura menos de 2% do orçamento, quando a recomendação de Malabo prevê que os Estados e os respectivos governos apliquem, pelo menos, 10% ao sector agrícola.

simplesmente participar na fase final, o da negociação.

CLARIFICAÇÃO E DESCONFIANÇA

No primeiro relatório preliminar, assinado em Setembro, a TL-MP surgia com a nota 14,9, em segundo lugar, mas em 'ex-aequo' com a DP World, que viria, mais tarde, a vencer o concurso. Na contestação a este relatório, a TL-MP reforça posições e pede "uma clarificação sobre o projecto", em especial, sobre alguns critérios.

O documento, a que o VALOR teve acesso, reforça que o projecto apresentado é "mais consistente e realista" e que o consórcio é o único, entre os cinco concorrentes iniciais, que inclui uma empresa nacional e que isso deve ser visto com um "factor fundamental" e que "justifica uma classificação superior à de todos os concorrentes".

Já no segundo relatório, assinado em Outubro, depois de ter recebido a contestação do consórcio, a CAC sobe a nota final da TL-MP, dando-lhe um primeiro lugar com 18,1, mas, de novo, em 'ex-aequo', só que, desta vez, com a empresa filipina International Container Terminal Services (ICTS). A empresa do Dubai, que acabou por vencer, surge em 3.º lugar.

É daqui que parte toda a desconfiança da Terminal Link: de um relatório para o outro só mudou a nota final. Os argumentos mantêm-se os mesmos. Como se mantêm as notas em diferentes critérios, alguns dos mais decisivos, sem qualquer explicação adicional.

Por exemplo, no critério 'plano de investimento, proposta de volume de tráfego previsto', a CAC sublinha que o consórcio "recupera os equipamentos actuais, mantém sete gruas, investe em pórticos no segundo ano" e propõe um investimento que, no final de 20 anos, vai chegar aos 203 milhões de euros. Dá uma nota 16, superior aos 12 da DP World e aos 9 do ICTS.

Mais incisivos são os adjetivos da Comissão que, no critério 'adequabilidade do plano da organização do terminal', é descrito que o projecto da TL-MP "cumprir com as regras e as melhores práticas internacionais" e elogia os equipamentos como os "mais modernos e

mais eficientes". Teve nota 16, as duas principais concorrentes receberam um 9 cada uma. Mas aqui, a CAC merece, por parte da TL-MP, uma crítica mais contundente por causa de uma alegada mudança de critérios, entre avaliações, relativos à capacidade do terminal. No Caderno de Encargos, coloca-se um tecto: 500 mil contentores por ano, de capacidade máxima. O projecto vencedor, da DP World, propõe-se atingir uma capacidade máxima de 700 mil contentores, mas começou por respeitar o limite, ou seja, os 500 mil.

Na primeira avaliação, a TL-MP, tal como a ICTS, é elogiada por incluir a utilização do Porto Seco de Viana, com ligações por via-férrea ao Terminal.

Surpreendente é a conclusão da Comissão relativa ao critério mais decisivo para a escolha do projecto vencedor: a 'remuneração total do concedente', ou dito de outra forma, as receitas para o Estado, conhecidas como rendas variáveis. A CAC garante ter tido em conta a contestação da TL-MP, admitindo que "o cálculo do concorrente de rendas variáveis não foi efectuado correctamente de acordo com o programa de concurso". Refeita a análise, a CAC atribui nota 20 à TL-MP, precisamente a mesma nota dada ao concorrente ISTC. Só que a empresa filipina propõe-se entregar ao Estado mais de 981 milhões de dólares, no final de 20 anos, quase o triplo do proposto pelo consórcio que não passa dos 375 milhões de dólares e mais do dobro de quem seria o vencedor.

Não foi só esse o engano que mereceu severas críticas da TL-MP. Entre elas, surge a nota 20 atribuída à concorrente MSC por garantir que 100% do equipamento a utilizar no Terminal seria angolano. O consórcio questiona, sem fazer qualquer comentário adicional, a capacidade de Angola em fornecer todo o equipamento necessário.

De nada adiantou a longa contestação do consórcio assinada por Nicolas Sartini e Leonel da Rocha Pinto, ambos presidentes dos conselhos de administração da Terminal Link e da Multiparques, respectivamente. Por opção própria, desistiram do processo, ao contrário da ICTS, que entregou no Tribunal Supremo duas providências cautelares (ver caixa).



HÁ SEIS ANOS SEM VIDA

Pólo industrial de Lucala em estado de abandono

INVESTIMENTO PÚBLICO. Das 222 indústrias previstas somente três estão implantadas, das quais apenas uma está operacional.

Por Guilherme Francisco

Desde o lançamento em 2015, o Pólo Industrial de Lucala, no Kwanza-Norte, encontra-se em

completo estado de abandono, com a vegetação a tomar conta do espaço de 853 hectares, projectados para a edificação de fábricas de construção civil e transformação de produtos agrícolas, garantem fontes contactadas pelo VALOR, incluindo o administrador municipal, Mateus Garcia, que, entretanto, não aceitou gravar entrevista.

Apresentados como um contributo futuro para o desenvolvimento socioeconómico da província, as unidades fabris projectadas atingiriam um total de 222, mas, até ao momento, apenas três têm estruturas. Além de uma fábrica de plástico, que está operacional, inclui o matadouro, que se encontra paralisado e uma unidade de produção de chapas que se prepara para começar a operar em Março. As unidades

fabris foram instaladas sem as infra-estruturas básicas.

Apesar de estarem nas proximidades de um rio, as unidades não têm água instalada, o que dificulta a operação da única fábrica em funcionamento. A dificuldade de acesso e a falta de energia é outro dos problemas. Os empresários foram obrigados a comprar postos de transformação e outros materiais eléctricos no sentido de não dependerem de geradores.

Pelo grande potencial económico que o pólo representa para as províncias de Malanje, Lundas, Uíge e Luanda, um empresário local lamenta a falta de vontade do Governo na sua dinamização, apesar da bandeira hasteada da diversificação da economia, do combate à pobreza e ao desemprego. "Há tempos, o Gabinete de Desenvolvimento garantiu tirar os actuais gestores do pólo, porém não vimos nada ainda. Grande parte da juventude aqui não tem emprego, deixou de acreditar no discurso feito à margem do lançamento, de que temos um gigante económico, mas está adormecido. Isto daria vida a nossa província e às

vizinhas," observa, preferindo não ser identificado.

Fonte ligada ao pólo refere que os espaços foram loteados e que a maioria dos beneficiários são políticos concentrados em Luanda que, por sua vez, impedem empresários locais, com alguma disponibilidade financeira, de investir. "Os políticos não facilitam a gestão, a falta de separação da política e o empresariado está a atrasar o desenvolvimento local", lamenta a mesma fonte.

Ainda no Kwanza-Norte, à semelhança de Lucala, o pólo industrial de Cambambe também se encontra em completo estado de abandono sem quaisquer condições em termos de infra-estruturas para que as empresas se instalem.

IDIA QUER REVITALIZAR PÓLOS

Fonte do Mindcom adianta ao VALOR que o Instituto de Desenvolvimento Industrial de Angola (Idia) está a traçar um novo plano com o objectivo de revitalizar os pólos industriais, inoperantes desde a criação, de forma a incentivar investidores interessados.

Mercados & Negócios

VENDAS NO 'CONDOMÍNIO 100 CASAS'

BPC-Imobiliária acusada de “calúnia e difamação”

IMOBILIÁRIA. Empresa ligada ao BPC acusou a HL-Francisco-Decor e Design de comercializar moradias de forma ilegal. Responsável da empresa não esconde a indignação e rebate com um processo. Documentos provam como a construtora ficou com direitos para vender 20 casas.

Por Isabel Dinis

A HL - Francisco - Decor e Design acusa a companhia BPC - Imobiliária, pertencente ao banco BPC de “calúnia” e “difamação”, por emitir um comunicado com “inverdades”, em que expôs publicamente a empresa.

A BPC Imobiliária emitiu um comunicado, a 10 deste mês, a dar conta que a empresa HL - Francisco - Decor e Design, representada por Hélio João Francisco, estava a comercializar moradias no seu ‘Condomínio das 100 casas’, em Talatona, “à margem da lei”.

No comunicado, publicado no ‘Jornal de Angola’, a imobiliária escreve que o “senhor Hélio João Francisco alega ser o legítimo detentor de um conjunto de 20 casas, informação que não corresponde a verdade”. O comunicado conclui que a venda de todas as moradias será pública e que a BPC Imobiliária é a única entidade autorizada a comercializar as casas.

Contactado pelo VALOR, Hélio João Francisco garante que o comunicado “apenas contém inverdades” e que tem comercializado as moradias com o aval da própria BPC -

Imobiliária, assegurando que a HL - Francisco - Decor e Design tem vendido moradias no ‘Condomínio das 100 casas’ por estar autorizada com todos os documentos em dia.

O VALOR teve acesso a esses documentos que dão conta que a BPC - Imobiliária assinou com a Sociedade Energy Engineering Angola, representada por Mário de Sousa Calado, uma formalização de proposta de investimento imobiliário, a 22 de Junho do ano passado, em que ficou estabelecido que esta empresa recuperaria o condomínio, utilizando fundos próprios.

Nesta formalização de investimento, a Sociedade Energy Engineering Angola investiria recursos para terminar a obra do ‘Condomínio das 100 casas’ mediante uma contrapartida de aproximadamente 20 casas “para a quitação da dívida a ser constituída”, lê-se no documento.

O contrato foi assinado pelo presidente da BPC - Imobiliária, Óscar Rodrigues, e pela administradora Djamilia dos Santos, depois de uma reunião ocorrida a 18 de Junho de 2020.

Cinco dias depois, a 23 de Junho de 2020, Mário de Sousa Calado assinou com Hélio João Francisco, representante da empresa HL - Francisco - Decor e Design, no segundo cartório notarial de Luanda, um contrato de empreitada



Contrato foi assinado pelo presidente da BPC-Imobiliária, Óscar Rodrigues, e pela administradora Djamilia dos Santos, em Junho de 2020.

para finalizar as obras no ‘Condomínio das 100 Casas’.

CONTRATOS E LEGALIZAÇÕES

No contrato, é descrito que o contratante, neste caso, a Sociedade Energy Engineering Angola é adjudicatária da obra “Cem (100) vivendas unifamiliares e cem (100) anexos, zonas comunitárias sociais e desportivas e respectivas infra-estruturas e urbanização, em Talatona”, sendo o BPC o dono da obra. É ainda especificado que as obras

estão “por concluir, carecendo as diferentes residências de diferentes níveis de intervenção para a sua finalização”.

No contrato, ficou estipulado que a obra deveria terminar em oito meses, contando com a data de assinatura, em Junho do ano passado. Ou seja, a Sociedade Energy Engineering Angola subcontratou a HL - Francisco - Decor e Design. E a responsabilidade do investimento com a qual se comprometeu realizar passou para a empresa de Hélio Francisco.

Desta forma, o que a Sociedade Energy Engineering Angola deveria fazer no ‘Condomínio das 100 casas’, cujas obras se encontravam paradas desde 2016, acabou por ser feito mediante um contrato que esta empresa estabeleceu com HL - Francisco - Decor e Design.

Mediante esta subcontratação, Hélio João Francisco assegura estar “totalmente legalizado” para vender as casas a que tem direito. “O que investimos tínhamos de recuperar e o pagamento são as 20 residências”, garante.

Por isso, não entende como a BPC - Imobiliária teve a “audácia” de fazer um comunicado acusando a sua empresa. “O que fizeram conosco foi uma maldade. Tivemos 150 trabalhadores naquela obra. E pessoas de má-fé vêm sujar o nosso nome. Como se fôssemos bandidos”, afirma, indignado, admitindo ter sentido “vontade de ser agressivo”. “É muita falta de respeito. Não expus os documentos que eles assinaram. E eles estão a sujar a minha imagem”, reafirma.

Sem entender as razões, Hélio Francisco lembra que está na obra há seis meses e que, desde então, modificou a imagem do condomínio, o que facilmente se pode comprovar com imagens do antes e depois das obras. “O dono do projecto não pagou e a obra está a andar e só agora em Fevereiro vem falar do assunto. Eles sempre que vão ao projecto encontram-me. Deviam perguntar-me, mas não o fizeram”.

Hélio João Francisco já processou judicialmente a BPC - Imobiliária por calúnia e difamação e agora pretende o que ele considera o “de limpar” a sua imagem e da sua empresa. “Isso não existe de alguém vender 20 casas sem autorização. Isso não existe. Somos uma empresa e estamos localizáveis. A minha empresa tem sede em Luanda. Eu tenho a minha família aqui”, afirma, indignado por não ter sido contactado pela BPC - Imobiliária, antes de esta publicar o anúncio na imprensa.

HL - FRANCISCO - DECOR E DESIGN POR DENTRO

A HL - Francisco - Decor e Design existe há seis anos. Tem 320 trabalhadores. 90% são jovens. Actua na construção civil e na decoração de interiores e exteriores. A empresa também é conhecida por realizar acções de beneficência e construir casas para pessoas com necessidades especiais.

A EFACEC TERMINOU 2020 com uma carteira de encomendas avaliada em 500 milhões de euros, de acordo com a posição que a empresa apresentou num concurso público na Noruega. A carteira representa um aumento de cerca de 150 milhões de euros.



SECIL NÃO CONTABILIZA PREJUÍZOS

Obras dos terminais condicionam regresso dos catamarãs

CABOTAGEM. Barcos de transporte de passageiros podem reaparecer em 2022. Empresa gestora garante, no entanto, que paralisação não representa custos.

Por Júlio Gomes

Paralisados desde 2018, os catamarãs têm o regresso dependente da construção dos terminais de passageiros do Soyo e de Cabinda, de acordo com o director comercial e de marketing da Secil Marítima.

Onésimo Gaspar não avançou qualquer previsão para o término das obras, mas afasta qualquer possibilidade de os catamarãs voltarem a navegar, ainda este ano, entre o Museu da Escravatura e o Porto de Luanda, já que “a prioridade é a rota do Norte, ou seja, Luanda-Soyo-Cabinda”, cenário já antecipado, no ano passado, pelo ministro dos Transportes.

Por ocasião dos 44 anos dos Transportes, comemorado em Novembro, Ricardo d’ Abreu Ministro do sector antecipou que os catamarãs não voltariam a circular em Luanda por se ter revelado um projecto “inviável desde a sua concepção”. “Não temos

nenhuma ligação marítima em Luanda que, por obrigação de descontinuidade geográfica, nos obriga a uma travessia”, argumentou na ocasião.

REGRESSO APENAS EM 2022
No entanto, o regresso dos catamarãs poderá acontecer em 2022, ano em que devem ser concluídas as obras dos terminais de acordo com fonte do Ministério dos Transportes.

Sublinhando que “a manutenção do equipamento está garantida”, para assegurar o normal funcionamento dos barcos, Onésimo Gaspar atesta que a “paralisação não acarreta prejuízos”.

Em Outubro do ano passado, a Secil Marítima recebeu da Singapura um ferry boat baptizado ‘Cabinda’. A embarcação tem capacidade para transportar 240 pessoas, nove contentores e 10 viaturas. Esta embarcação, segundo o gestor, veio para reforçar o serviço de cabotagem na rota Luanda-Soyo-Cabinda-Luanda, juntando-se a outras embarcações existentes.

Recentemente, o director executivo para o desenvolvimento portuário de Cabinda, Manuel Barata,

revelou que as obras do quebra-mar e do terminal de passageiros do Porto de Cabinda tinham uma execução física de 65% e 70%, respectivamente. Barata não indicou, entretanto, o horizonte da conclusão dessas empreitadas.

O quebra-mar, em construção há cerca de três anos, está orçado em 65 milhões de dólares e serve para conter a intensidade das marés altas (calemas), permitindo maior segurança na atracagem e manobra de navios de passageiros (ferry boat) e outros de transporte de carga junto ao futuro terminal de passageiros e na ponte cais local. As obras tinham sido interrompidas por causa da covid-19.

“Com o regresso dos técnicos portugueses e holandeses, iniciámos a dragagem da zona do quebra-mar e de manobras dos navios e do canal de circulação junto ao Porto de Cabinda”, observou o responsável.

Quanto ao terminal de passageiros, avaliado em 70 milhões de dólares, as obras “estão no limite”, com a montagem de equipamentos sensíveis, como linhas de ar condicionado, vidros, sistemas de ventilação, portas, entre outros.

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...



Assinaturas:

assinaturas@gem.co.ao
comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792

Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

DE JURE

TRÊS MESES DEPOIS DA APROVAÇÃO NA ASSEMBLEIA NACIONAL

Código e processo penais já em vigor

LEGISLAÇÃO. No que à corrupção activa de funcionário diz respeito, regista-se o agravamento da moldura para até dois anos de prisão e da multa correspondente para até 240.

Por Redação

Os Códigos Penal e do Processo Penal estão em vigor desde 11 deste mês, três meses depois de promulgados e publicados em Diário da República.

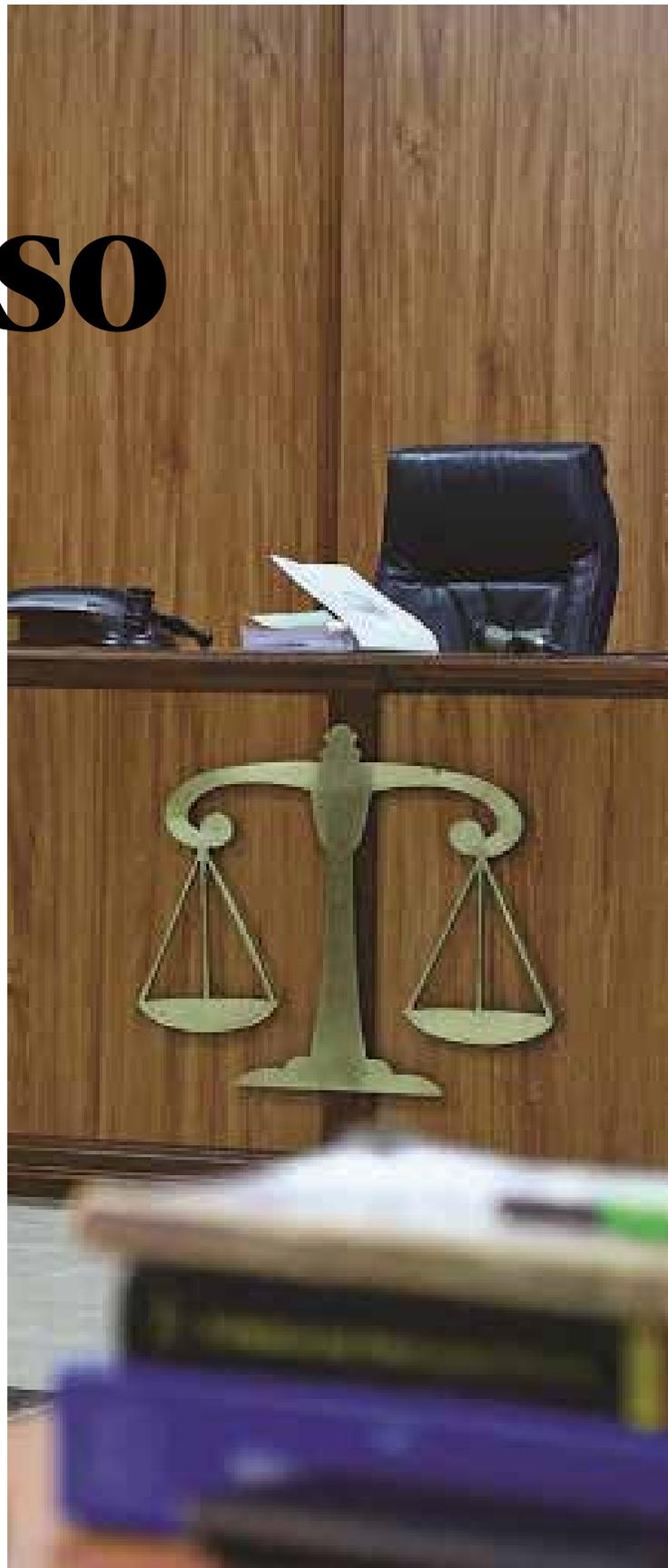
As duas leis foram aprovadas, em 2020, pela Assembleia Nacional, numa das reuniões plenárias da IV Sessão Legislativa da IV Legislatura, iniciada em 2017.

Entre as grandes inovações da Lei do Código Penal está a criminalização dos crimes informáticos, punidos com pena de prisão até dois anos ou multa até 240 dias.

Consta ainda o agravamento da pena por recebimento indevido de vantagens, de um para cinco anos de prisão e a eliminação da pena de multa alternativa, assim como a elevação do limite máximo da moldura penal para três anos e da multa correspondente para 360 dias.

Quanto às questões sociais, ressalta-se a tipificação do crime de fraude sexual, que passa a ser punido com a pena de prisão de até três anos, ou com multa de até 360 dias e, caso haja penetração, a pena é de prisão entre 6 meses a 4 anos.

O crime de agressão sexual com penetração é punido com pena de prisão efectiva de três a 10 anos, enquanto o de abuso sexual a pena é de um a quatro anos.



Sobre a corrupção activa de funcionário, regista-se o agravamento da moldura para até dois anos de prisão e da multa correspondente para até 240 dias, bem como a elevação do limite máximo da moldura penal para três anos e multa para até 360 dias.

Relativamente ao crime de corrupção passiva de funcionário, foram agravadas as molduras para até dois anos e multa cor-

respondente até 240 dias, elevação do limite máximo para até três anos e multa para 360 dias, assim como de três a sete anos de prisão e de três a 10 anos.

No que toca à corrupção activa de magistrado ou árbitro, foi agravado o limite máximo da moldura penal para até cinco anos de prisão e a eliminação da pena de multa alternativa correspondente, a elevação do limite máximo para sete anos e do limite máximo da moldura penal para 12 anos.

Sobre o peculato, as penas são de um a cinco anos, se o valor da coisa apropriada não for elevado, três a 10 anos se o valor for elevado, e cinco a 14 anos de prisão, caso o valor seja consideravelmente elevado.

AMBIENTE COM NOVA LEI

O cumprimento das regras internacionais de protecção ao meio ambiente e a prossecução do desenvolvimento sustentável configura também um dos principais pressupostos da proposta de Lei de alteração da Lei sobre as Áreas de Conservação Ambiental, à Assembleia Nacional, com vista à exploração de recursos naturais, em regime excepcional, nas reservas naturais e parques nacionais.

Os pormenores da proposta de lei foram apresentados por representantes dos ministérios da Cultura, Turismo e Ambiente e dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás.

No encontro, no Centro de Imprensa Aníbal de Melo, também foram esclarecidos os trâmites e pormenores referentes à alteração da Lei 8/20, de 16 de Abril, cuja meta é a racionalização do potencial económico existente, sem causar impacto negativo à manutenção dos ecossistemas.

A exploração destes recursos, segundo o Instituto Nacional de Biodiversidade e Áreas de Conservação, "não será extensiva às reservas integrais, parciais e superficiais".

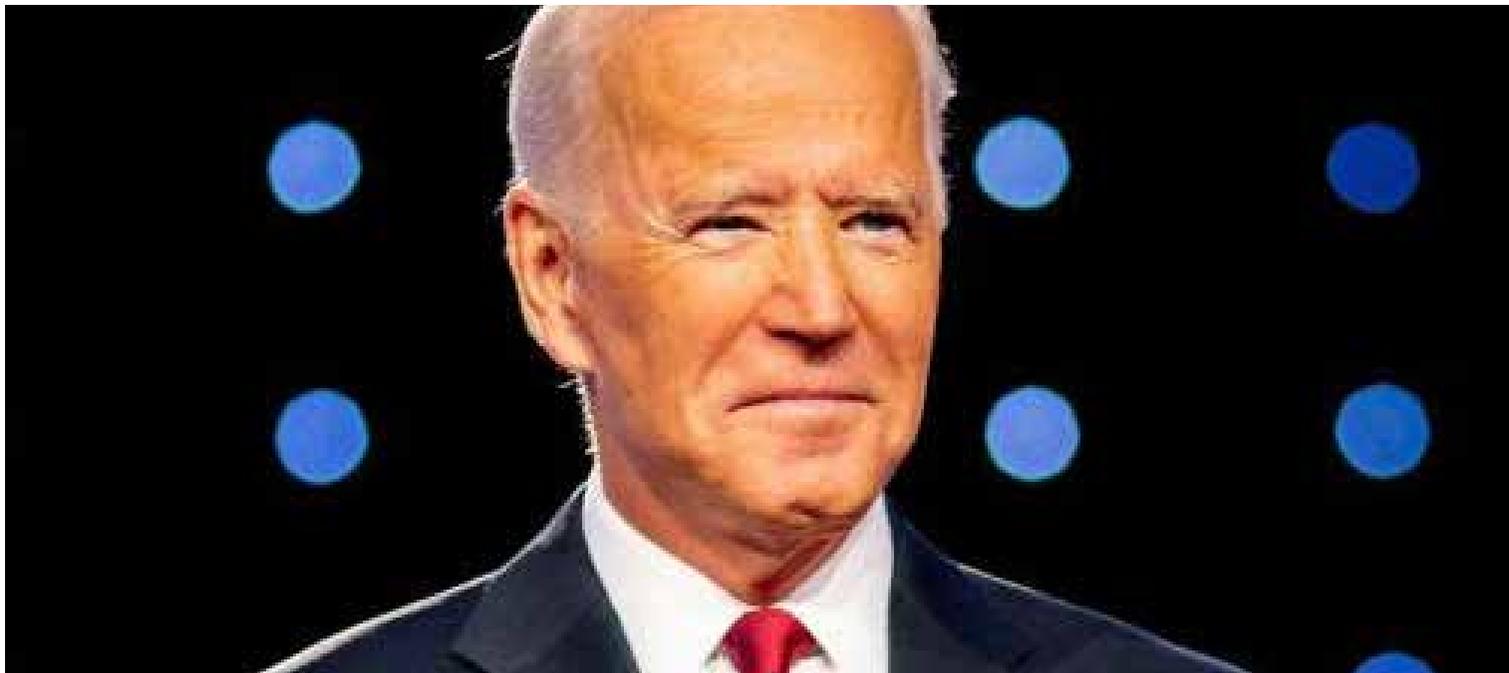
Angola conta com reservas em territórios de cerca de 45 quilómetros quadrados, como é o exemplo de Mavinga, o que, para o Instituto, pressupõe dizer que devemos tirar o proveito dos recursos, sem perder de vista a sustentabilidade da exploração, integração das sociedades e respeito pelas convenções internacionais".

MEMORIZE

- Quanto às questões sociais, ressalta-se a tipificação do crime de fraude sexual, que passa a ser punido com a pena de prisão de até três anos, ou com multa de até 360 dias.

PANDEMIA E PACOTE DE ESTÍMULO

A solução de Biden para a crise? 1.9 biliões de USD



Joe Biden, presidente dos Estados Unidos da América

FINANÇAS. Biden quer solução rápida para a quebra de consumo e o desemprego. Pacote de estímulo defendido pela FED enfrenta oposição.

Por Redação

2020 e a crise pandémica que se espalhou pelo mundo inteiro, causou a subida das taxas de desemprego em todo o mundo e a economia mais robusta do mundo não foi excepção atingindo níveis nunca vistos desde o início dos registos nacionais em 1948 de perto de 15% da população americana. O desemprego bateu à porta de 22 milhões de americanos. Só a indústria hoteleira e de turismo perdeu 39.3% dos funcionários devido às sucessivas quarentenas e medidas de controlo da

Covid 19. Há 18 milhões de desempregados registados e a receber fundo de desemprego

no país. O desemprego, que em Dezembro, já sob efeitos do pacote

de estímulo aprovado pela administração Trump havia baixado para perto de 8%, é a maior preocupação do actual presidente Joe Biden. “A própria saúde da nossa

Para onde vai o investimento público?

- Os cheques de apoio aos desempregados vão receber um aumento de 1400 USD passando para até 2000 USD
- Benefícios de desemprego vão chegar a 400 USD por semana até setembro
- 130 mil milhões de USD para reabertura de escolas
- 350 mil milhões em assistência a governos locais
- Uma expansão do benefício infantil
- Plano de vacinação universal

nação está em causa, não vai sair barato, mas se falharmos vai nos custar muito mais” disse o presidente já empossado, a propósito da aprovação do seu pacote de estímulos que vai seguir para o Senado (a Assembleia do povo americana). Biden chamou-lhe “o plano de resgate ame-

ricano” e do pacote que baptizaram trilionário nos Estados Unidos da América a distribuição (na caixa) visa claramente reanimar a economia através da injeção directa de dólares que vão acudir os desempregados e incentivar o consumo para manter a economia a funcionar. No entanto a aprovação não está garantida, apesar da maioria democrata no Senado, e os republicanos, que no ano passado aprovaram um pacote cerca de 4 biliões de USD, não estão muito receptivos a

aprovar o novo pacote. No entanto, o pacote de estímulos reúne o apoio das empresas e da Reserva Federal Americana e a aprovação é esperada para meados de Março. O desdobramento da pandemia em diferentes vagas que continua a causar fechos de fronteiras e confinamentos internos pode tornar o esforço da nova administração da Casa Branca, insuficiente para dar resposta à continuada pressão sobre a economia e sobre o consumo que a alimenta. Com estimativas a apontar para que no ano de 2020 se tenham perdido cerca de 300 milhões de empregos, os surtos de novas variantes que se vão multiplicando pelo mundo fora já levaram as Nações Unidas, preocupadas. Com a redução de horas de trabalho em 14% no equivalente a 400 milhões de postos de trabalho full-time e o quadro tende a agravar em 2021 com a confiança nas economias a depender de estímulos governamentais.

(In)formalizando

COM PREÇOS 50% ABAIXO DA MÉDIA DO MERCADO

Cooperativa prevê construir mil casas nos 163 municípios



Por Guilherme Francisco

A Cooperativa 'Minha Casa – Minha Pátria' tenciona construir, este ano, numa parceria com duas imobiliárias e administrações municipais, perto de 1.600 casas em Luanda, concretamente nos municípios de Viana, Belas, Cacuaco e Icolo e Bengo. Para este ano, a empresa prevê investir cerca de 200 milhões de kwanzas só em Luanda.

O responsável da cooperativa, João dos Santos, afiança que a meta é construir anualmente, nos 163 municípios do país, mil casas das tipologias T1, T2 e T3 evolutivas e concluídas. O foco do projecto

A 20 milhões de kwanzas, variação dos preços das habitações do projecto.

é colmatar a “dificuldade gigantesca” das populações, principalmente dos jovens, no acesso à casa própria, por isso estima-se que as habitações venham a ser comercializadas 50% abaixo dos preços do mercado. “Os preços vão de 2 a 20 milhões de kwan-

zas. No início do contrato, o beneficiário pagará 20% à empresa responsável pelo processo de venda e o remanescente deverá ser pago em até oito anos, isto em pagamentos mensais”, explica.

João dos Santos justifica os preços com o facto de não depender de materiais de construção importados. E promete entregar as primeiras residências nos meados do segundo semestre deste ano. “Todas as residências não terão acabamento cerâmico, como mosaico, azulejo e tecto falso. O beneficiário poderá fazer o melhoramento de acordo com as possibilidades financeiras, mas as residências serão entregues prontas a serem habitadas”, assegura.

Além de Luanda, o projecto deve arrancar no Bengo, Kwanza-Sul, Benguela, Huambo, Huíla e Cunene.



MINAGRIP NÃO RESPONDE HÁ UM ANO

Produção de cacau em Cabinda à espera de ‘sinal verde’ da Agricultura

Desde o ano passado que 20 pequenos agricultores de Maiombe, em Cabinda, dedicados ao cultivo de cacau, aguardam pelo início da produção destinada à exportação para a Holanda e para outras grandes economias mundiais.

O arranque está condicionado a uma resposta das autoridades. O Ministério da Agricultura e Pescas ainda não respondeu a uma proposta do empresário angolano Joaquim Van-Dunem dos Santos, proprietário de uma média fábrica de chocolates em ascensão nos Países Baixos, que sugeriu trabalhar com o Governo no sentido de juntos dotarem os agricultores de técnicas, dentro do padrão internacional, para que o cacau angolano seja comprado a bom preço no exterior e para que se aumente consequentemente a produção.

Segundo o empresário, duas grandes indústrias de chocolate da Holanda mostram-se interessadas em comprar o cacau e questionam “reiteradamente” quando poderão adquirir o produto, ficando, entretanto, sem respostas. “Fizemos o processo da fermentação e secagem em Cabinda, fizemos os testes e foi classificado como bom cacau. Esperemos, por isso, que

o Governo abra as portas, sendo que os agricultores de Cabinda estão à espera de técnica para todo o processo. Já temos clientes garantidos na Holanda”, insiste.

A primeira fase da operação poderá facilitar a exportação de 40 toneladas de cacau orgânico, tão procurado na Europa. A quantidade pode ser alargada, com o incentivo à produção e o surgimento de novos empreendedores agrícolas. A segunda fase passará pela implantação de uma fábrica de transformação de cacau na região, num investimento em avaliação com os parceiros.

Van-Dunem dos Santos lamenta o facto de actualmente os pequenos produtores venderem aos congolezes que posteriormente revendem às indústrias europeias, “ostentando-se pelo mundo como se fossem os principais produtores”.

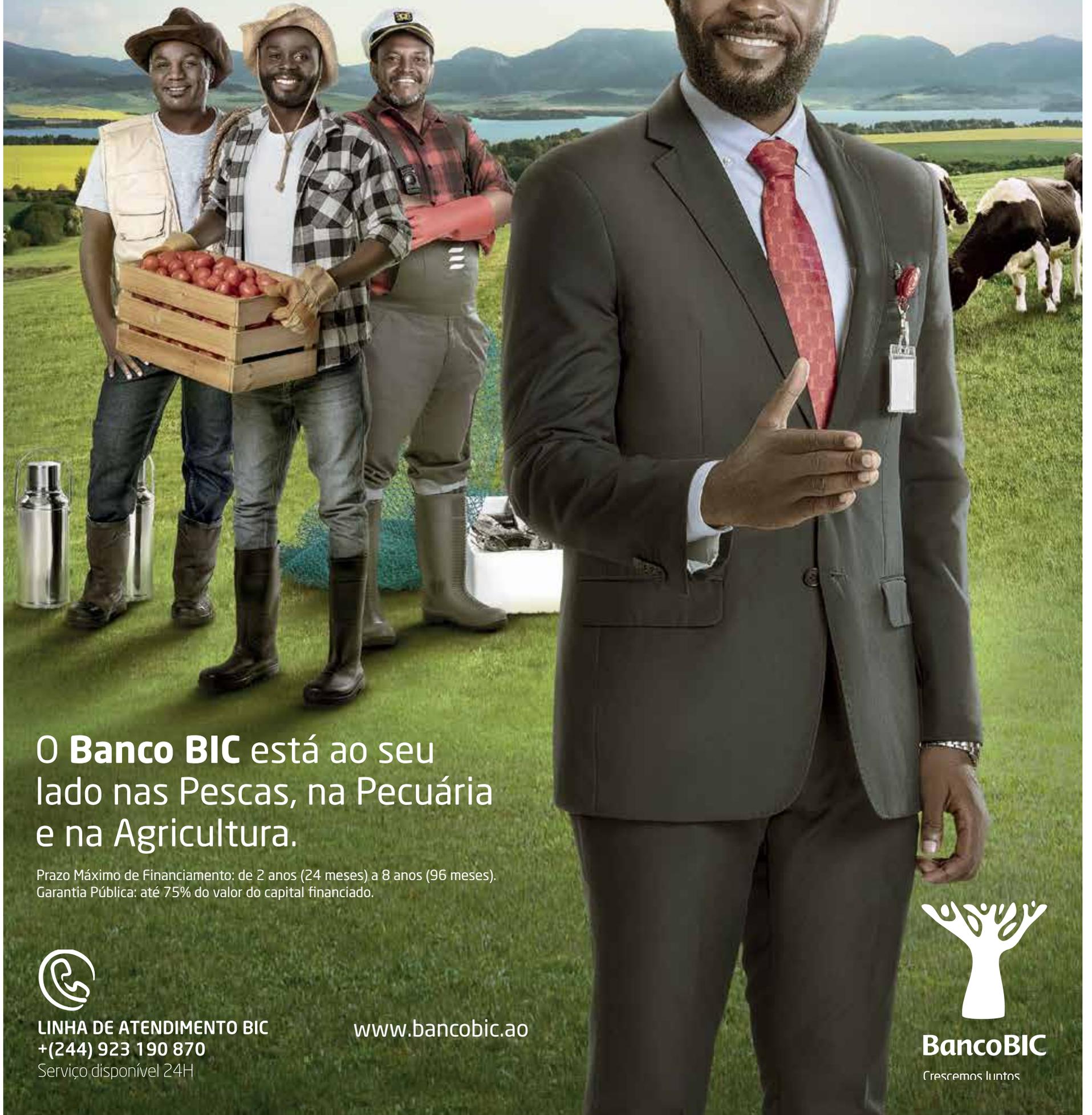
O empresário vê, no negócio, uma “importante fonte de arrecadação de divisas”, já que análises laboratoriais conferiram “enorme qualidade” ao cacau angolano.

A capacitação dos produtores está estimada em 400 mil dólares, 20 mil dos quais para serem gastos na primeira fase. Na eventualidade de o Governo não dar resposta favorável à proposta, o empresário abre a possibilidade de entrar em parceria com instituições privadas.



15
anos

**PRODUZIMOS JUNTOS,
CRESCEMOS JUNTOS.**



**O Banco BIC está ao seu
lado nas Pescas, na Pecuária
e na Agricultura.**

Prazo Máximo de Financiamento: de 2 anos (24 meses) a 8 anos (96 meses).
Garantia Pública: até 75% do valor do capital financiado.



LINHA DE ATENDIMENTO BIC
+(244) 923 190 870
Serviço disponível 24H

www.bancobic.ao



BancoBIC
Crescemos Juntos

Opiniões

Angola, face à crise económica e pandémica



Hugo Teles,
Presidente
da Comissão
Executiva
do Banco BIC

O desempenho negativo do petróleo em Angola e a pandemia da covid-19 contribuíram para os vários desequilíbrios macroeconómicos do país, que se traduziram em desafios constantes para os agentes económicos e para a banca comercial, em particular. O declínio económico acentuou-se mais no segundo semestre deste ano, com o reforço de medidas de confinamento interno e com a paralisação parcial de actividades comerciais e industriais produtivas.

Privada da injeção de recursos financeiros, públicos e privados, mobilizados para acudir à emergência, a economia angolana ressentiu-se. Os múltiplos desequilíbrios macroeconómicos a que essa realidade deu azo viriam expor os agentes económicos e a banca comercial, em particular, a constantes desafios.

Essa realidade, ilustrada por factores, como a diminuição da produção, a baixa do consumo interno e a queda das exportações, deu lugar a um declínio ainda mais acentuado da economia nacional.

Fosse a pandemia um fenómeno isolado e talvez os efeitos não tivessem sido tão drásticos. A crise pandémica surgiu na esteira de outra crise de grandes proporções, a crise da queda dos preços do petróleo declarada em 2014 e

que se mantém até ao presente. A grandeza dos efeitos negativos da crise petrolífera na economia de Angola é melhor compreendida à luz de uma simples constatação: o petróleo era, muito à frente de todos os outros, o grande recurso da economia. Deixar de contar com ele, como sempre contara, constituiu um severo abalo no desenvolvimento económico e social do país.

Pela primeira vez, uma crise petrolífera não foi passageira – como todas as outras sempre o haviam sido. Ano após ano, o Estado viu-se obrigado a recorrer às reservas líquidas e a endividar-se externamente como forma de fazer frente às consequências da crise.

Angola, rica em muitos recursos naturais, não preparou, no tempo certo, a diversificação da economia. Não acautelou o futuro, apostando no desenvolvimento do sector privado. Ficou refém do petróleo, como se se tratasse de uma riqueza de recursos inesgotáveis. O sector bancário foi um agente activo, correndo riscos mas apostando na recuperação da economia

O Banco BIC assumiu desafios até ao limite das suas capacidades, financiando projectos agro-pecuários e agro-industriais capazes de fomentar a produção nacional, no sentido de reduzir o peso das importações de bens essenciais. Apostamos na bancarização, fundamental em tempo de confinamento.

Desejamos que este contexto difícil seja o início de um novo ciclo da retoma da economia angolana, diversificada na exploração produtiva de recursos da natureza, sustentados por uma indústria transformadora significativa.



Regime Simplificado: O que realmente muda?



Lisa Rato,
Senior Manager
EY, Tax Services

O Regime de IVA Simplificado (RS) entrou em vigor no passado dia 1 de Janeiro de 2021, por força da Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado para o ano de 2021, publicada a 31 de Dezembro de 2020, vindo assim suceder ao entretanto extinto Regime Transitório (RT).

O RT foi criado para possibilitar que a generalidade dos contribuintes adaptasse a estrutura organizacional e respectivos sistemas às novas exigências legais decorrentes da implementação do IVA. Mas, como o próprio nome indica, era um regime de transição com um “fim à vista” vaticinado desde sempre para 31 de Dezembro de 2020, data a partir da qual todos os contribuintes do RT

passariam obrigatoriamente para o Regime Geral (RG).

Contudo e com o aproximar do fim de 2020, a Administração Geral Tributária (AGT) veio, entretanto, concluir que muitos contribuintes não estariam ainda minimamente preparados para tal transição, o que conduziria inevitavelmente a situações de incumprimento recorrentes, o que levou à criação do novo RS.

E o que vem o RS trazer realmente de novo?

- **Alargamento da base dos contribuintes sujeitos a IVA** - o RS aplica-se a contribuintes do anterior RT mas não se limita a estes, porquanto é aplicável aos contribuintes, cujo volume de negócios (ou operações de importação) dos últimos 12 meses seja superior a AKZ 10M e igual ou inferior a AKZ 350M (passando a ser assim aplicável a contribuintes anteriormente enquadrados no Regime de Não Sujeição);

- **Aumento da taxa de IVA** – ainda que a liquidação do IVA assente, tal como no RT, numa óptica de recebimento, passa agora a ter

que ser liquidado à taxa de 7% (ao invés da taxa de 3% do RT);

- **Carga tributária sobre as operações isentas de IVA** – passa a ser devido Imposto de Selo sobre o recibo de quitação referente às operações isentas de IVA realizadas (no RT não incidia imposto sobre tais operações);

- **Possibilidade (limitada?) de reembolso do IVA** – ainda que o RS preveja a dedução de 7% (ao invés dos 4% do RT) do IVA incorrido (inclusive do IVA da importação), é tomado como quase certo que a possibilidade de solicitar o correspondente reembolso (que de facto não era possível ao abrigo do RT) deverá ter que observar requisitos específicos e quiçá limitado a um determinado montante (ainda que tal ainda esteja por definir e publicar...)

Será assim caso para perguntar se o RS veio efectivamente simplificar a vida dos contribuintes ou se é de facto melhor que acelerem rapidamente o passo e entrem de uma vez por todas no RG do IVA?

A política monetária tem consequências em questões que vão além de inflação e pagamentos, inclusive mudanças climáticas e desigualdade.

Novo modelo para bancos centrais



Barry Eichengreen,
Professor de
Economia da
Universidade
de Berkeley, na
Califórnia

A costumámo-nos a pensar nos bancos centrais como focados exclusivamente na estabilidade de preços ou, no melhor dos casos, no controlo da inflação ao mesmo tempo em que assegura o funcionamento tranquilo do sistema de pagamentos. Porém, com a crise financeira global de 2008 e agora com a covid-19, temos visto bancos centrais a intervir para apoiar um número crescente de mercados e actividades, usando instrumentos que vão muito além das taxas de juros e das operações de mercado abertas.

Um exemplo é a Facilitação da Liquidez do Programa de Protecção Salarial da Reserva Federal dos EUA (Fed), pela qual oferece liquidez aos credores que ampliam empréstimos às pequenas empresas que sofrem dificuldades por causa da pandemia. Este claramente não é o mesmo banco central da época em que nasceu.

Agora estamos a ouvir pedidos para ampliar ainda mais estas competências. A presidente do Banco Central Europeu, Christine Lagarde, e uma integrante do grupo de governadores da Fed, Lael Brainard, têm apelado aos bancos centrais que enfrentem o aquecimento global. Com o pano de fundo do movimento Black Lives Matter, a deputada norte-americana Maxine Waters, da Califórnia, tem pressionando o presidente da Fed, Jerome Powell, a fazer mais para combater a desigualdade e, em termos mais específicos, a desigualdade racial.

Estes pedidos provocam arrepios aos puristas da centralização bancária, que alertam que passar estas responsabilidades para os bancos centrais pode fazer correr

o risco de se desviar as instituições e os seus instrumentos de política económica de seu objectivo primário que é controlar a inflação. E advertem que a política monetária é um instrumento inadequado para enfrentar mudanças climáticas e a desigualdade, que podem ser abordadas de modo mais eficaz taxando-se emissões de carbono ou fortalecendo-se leis que defendam uma 'casa para todos'.

Acima de tudo, a preocupação dos críticos é que alcançar estas metas possa colocar em risco a independência dos bancos centrais. Os bancos centrais desfrutam de independência operacional para cumprir um trabalho específico, porque há um consenso de que os objectivos determinados são melhor cuidados longe das mãos dos poderes eleitos. Porém, independência não quer dizer que os bancos centrais não respondam aos políticos e à opinião pública. Precisam justificar as suas acções e explicar como as suas decisões de política económica avançam com objectivos determinados. O sucesso ou fracasso destes bancos pode ser julgado ao se responder à questão se eles cumprem as suas metas de modo independente.

Com um mandato muito ampliado, a relação entre os instrumentos e as metas da política económica se tornaria mais com-

plexa. As justificações para decisões de política económica seriam mais complicadas de se comunicar. Ficaria mais difícil avaliar um sucesso ou um fracasso. De facto, à medida que a política monetária tem influência apenas limitada sobre o aquecimento global ou a desigualdade, apontar para tais variáveis seria preparar o terreno para o fracasso do banco central. E a frustração com o fracasso poderia levar políticos a repensar a independência operacional do banco central.

Estes argumentos têm os seus méritos. Ao mesmo tempo, os governadores dos bancos centrais não podem adormecer diante de uma emergência na qual toda a ajuda é necessária. Pedidos para que bancos centrais abordem mudanças climáticas e desigualdades reflectem um reconhecimento de que estes problemas cresceram a ponto de se tornarem crises existenciais. Se os bancos centrais os ignorassem, ou dissessem que “outras pessoas podem cuidar melhor destes problemas urgentes”, esta resposta seria vista como uma demonstração arrogante e perigosa de indiferença. Neste ponto, a independência deles, de facto, estaria em risco.

Ou seja, o que fazer? Bancos centrais no papel de reguladores têm ferramentas para abordar as mudanças climáticas. E a responsabilidade

deles em assegurar a integridade e a estabilidade do sistema financeiro dá aos legisladores a possibilidade de as usar. Os bancos centrais podem exigir mais transparência nos dados financeiros relacionados ao clima. Podem impor requisitos de capital e liquidez mais rigorosos das instituições cujos 'portfólios' de activos as expõem a riscos climáticos. Tais ferramentas podem desenco-

rajar o sistema financeiro de assinar por baixo de investimentos impróprios.

O desafio de entender os riscos do aquecimento global à estabilidade financeira é que os eventos climáticos são irregulares e não-lineares. Ao modelá-los, será importante que os bancos centrais evitem os erros que cometeram ao modelar a covid-19. Aqueles problemas surgiram porque economistas e epidemiologistas trabalharam em bolhas distintas. Pode-se perguntar a pessoas como Lagarde e Brainard: quantos cientistas ambientais os bancos centrais contrataram? Quando vão começar?

Quando se trata de desigualdade, alguns bancos centrais já têm a competência necessária. Nos EUA, a Lei de Reinvestimento na Comunidade de 1977 obriga reguladores, entre eles a Fed, a garantir que famílias de baixo e médio rendimento tenham acesso adequado ao crédito. A Fed tem delegado essa responsabilidade a 12 bancos regionais, cada um a cumprir com a sua parte de formas diferentes. Uma orientação mais presente da liderança da Fed sobre exactamente como garantir um acesso justo ao crédito, com atenção explícita às disparidades raciais, reforçaria iniciativas já existentes.

Seria uma mudança para outros bancos centrais, como o BCE, abordar o acesso ao crédito de minorias e grupos desfavorecidos. Mas o Parlamento Europeu pode instruí-la. E a liderança do BCE pode trabalhar com instituições nacionais que compõem o Sistema Europeu de Bancos Centrais para atender a este apelo.

A política monetária tem consequências em questões que vão além de inflação e pagamentos, inclusive mudanças climáticas e desigualdade. Seria ingénuo, e até mesmo perigoso, que os bancos centrais negassem estas ligações, ou insistissem que elas não são problemas deles. A melhor forma de os bancos centrais avançarem é usando a política monetária para controlar a inflação, ao mesmo tempo em que direccionam os seus poderes regulatórios para outras questões urgentes.

Com a crise financeira global de 2008 e agora com a covid-19, temos visto bancos centrais a intervir para apoiar um número crescente de mercados e actividades, usando instrumentos que vão muito além das taxas de juros e das operações de mercado abertas.



Opiniões

E agora pergunto eu...



Geraldina Embaló
Directora-Geral
Adjunta

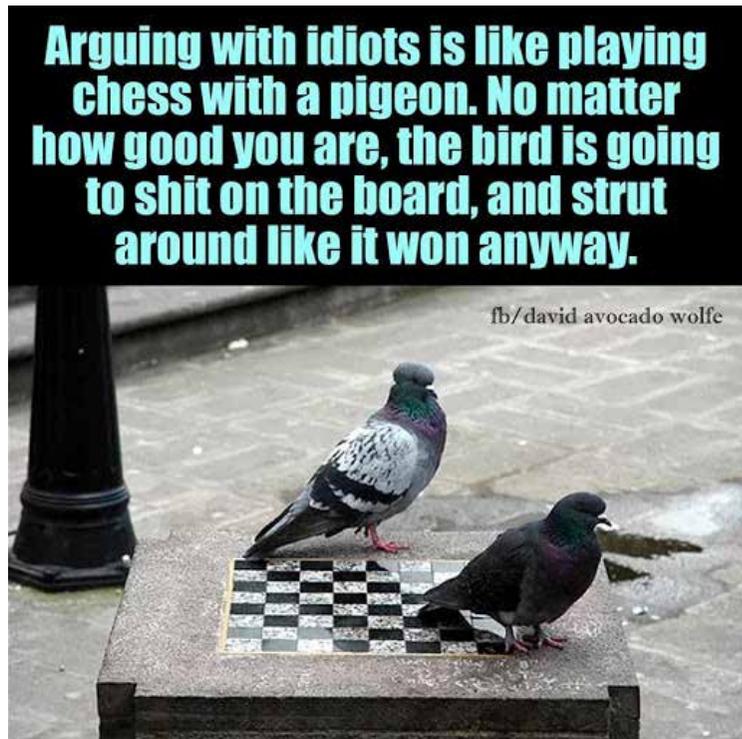
Diz-se que a política é muito feita de jogo político. No entanto, o jogo político a que assistimos cada vez se assemelha mais ao famoso 'jogar xadrez com um pombo'. Reza o dito, também aplicado a discussões com idiotas, que o resultado é que "a ave vai defecar no tabuleiro, vai andar ali às voltas a bicar as peças e depois abrir as asas" cheia de vaidade, tipo já ganhou. Tipo 'vais assustar já ganhei' – assim pensa o pombo... A assessoria de estratégia, comunicação e imagem política do partido no poder parece ter adoptado o lema 'em 2022, vais assustar já está'. E é curioso porque parece implicar que a vitória do MPLA será um 'susto' para o eleitor, que é pelo menos a quem se deviam dirigir as comunicações de campanha eleitoral do partido, um susto estranho, já que é o eleitor que eleger os seus representantes. Ou será que o susto vai ser da oposição? Nesse caso, o partido está a dirigir a sua comunicação de campanha, não ao eleitor, mas à oposição. É confuso. Mas está longe de ser o único sintoma da confusão que reina nas entranhas do outrora tão coeso e tão cheio de soberba MPLA. E agora pergunto eu: o que sente um militante do M, mestiço, branco, um camarada com duplas nacionalidades, com tons de pele menos bantus e, sobretudo, acostumado a desprezar qualquer menção de qualquer característica acima mencionada como desqualificativo de cidadania? O que estão (são muitos nestas categorias) a sentir, face à nova narrativa adoptada pelo seu partido do coração?

O MPLA tornou legítimo o debate sobre a dupla nacionalidade, e com ele todo o resvalar para a

discriminação e xenofobia previsíveis. O resvalar para discussões sobre a cor da pele, liso dos cabelos de genuidade bantu e afins... Será o lixo que se vai amontoando pela cidade o que está a invadir as mentes e a verborreia dos fazedores da estratégia do partido, ou será o Triunfo dos Porcos, do enorme Orwell, a manifestar-se entre nós? É que antigamente para o M o tema das 'origens' era o tema dos que não estudaram, dos que não viajaram, dos frustrados, por isso mesmo dos atrasados, dos 'da mata' e que não se podia deixar chegar ao leme da máquina governativa porque iam espalhar o seu tribalismo ignorante e intolerante, inevitavelmente contaminando o país com o seu atraso e, quiçá, num mundo globalizado, condenar a nação ao ostracismo. Mas aquele miserável comunicado sobre Cafunfo, para além de cometer o improprio gravíssimo de se referir à liberdade de imprensa e de manifestação como favores que o partido no poder nos faz a todos e não direitos, assumiu a narrativa da discriminação como arma do tal propalado jogo político. Já se via pela internet coisas abjectas como "Adalberto que vá ser presidente em Portugal", mas o comunicado veio dizer-nos que essa é a posição oficial do partido liderado por João Lourenço. E imaginar que essa narrativa saiu à rua sem o aval do chefe é pura ingenuidade.

Será este um assunto que se possa desenterrar sem trazer a conversa de bar burlesca para a arena de discussão política nacional e que convida ao exercício mesquinho recíproco da contagem de brancos, mestiços, 'cafusos', detentores de duplas nacionalidades, camaradas com filhos nascidos fora do país (porque parar só pela nacionalidade ou cor se estão a produzir meios cidadãos?), tudo agora se torna debate válido no âmbito do jogo político, (esse que só pode ser o do pombo que anda pelo tabuleiro a abrir as asas vitoriosas, 'vai assustar já está').

Esta narrativa de miséria, paupérrima de argumentos, comprova semelhanças, mais do que diferenças entre os dois principais parti-



dos. E com a mesmice, evidencia a falta de alternativas. Esta narrativa manifesta a perversa inversão em que o outrora inclusivo MPLA se torna discriminatório, enquanto, na escolha de Adalberto, a Unita prova que a conversa das origens não se sobrepõe na escolha de um líder.

Num país com um sistema democrático de facto, com um mínimo de maturidade e o devido respeito à individualidade, à capacidade e autonomia de pensamento, o levantamento de um debate sobre origens e nacionalidade pelo partido mais reconhecido pela sua narrativa de aceitação multiétnica seria mais do que suficiente para uma debandada de cérebros, ofendidos pelo recurso a uma narrativa que o partido sempre caracterizou como subdesenvolvida, atrasada, mentecapta.

Numa realidade democrática normal, ter-se-iam manifestado todos os que lutaram por um partido e por um país livre de qualquer espécie de discriminação étnica, (que disfarcem como quiserem é disto que trata a nova narrativa, de dizer que este não pode ser presidente porque não é angolano genuíno, e depois essa genuinidade é avaliada consoante critérios variáveis sem relevância nenhuma no que toca à capacidade de lide-

rança). Num contexto democrático, o levantamento destes temas feios pelo MPLA seria uma oportunidade de ouro para outras formações políticas atraírem quadros do maioritário e que não se identificassem com o disparate desta narrativa. E que são quadros valiosos, se não instrumentais, para qualquer formação política que ambicione de facto o poder. Particularmente numa altura de proximidade de eleições e particularmente quando temos tido tantos exemplos muito públicos da desunião que já reinava no seio dos camaradas e que só pode aumentar agora que vão ficar a olhar uns para os outros a tentar perceber quem tem dois passaportes, quem é mais ou menos bantu. O partidarismo clubístico que temos é claramente prejudicial ao país que precisa de ser feito de quadros com cabeça mais do que de carneiros disciplinados pela cartilha política do partido. Esta transição de quadros de um partido para outro (fora aqueles exercícios macabros que vemos de vez em quando nos media públicos d'os militantes da Unita que ingressam no MPLA), não ocorre por causa do histórico entre os partidos, e que se tornou um passivo inultrapassável. Um camarada, para não dizer jamais, dificilmente se junta aos maninhos.

Prefere a aposentadoria (que talvez seja mais dignificante do que ser associado à curradeira em que as novas narrativas vão cada vez mais transformando a arena política nacional). O novo paradigma do poder já fez os camaradas desdizerem todo o amor e devoção profundos que professavam (até à náusea) ao emérito, mas, não satisfeito com esta ridicularização pública, ainda obriga ao absurdo de ver pessoas brancas usarem a clareza de pele alheia como demérito político e de liderança ou desqualificarem-nas pela posse de passaportes que também têm.

"Ah porque a nacionalidade do Obama foi questionada quando concorreu", -sim foi, mas, pela mesma gente que invadiu agora o Capitólio, por isso nada que valha servir de exemplo. "Ah porque oportunismo" - abdicar de um dos passaportes que mais facilita o trânsito internacional (considerado um dos quatro melhores do mundo em termos de mobilidade pelo ranking internacional Passport Index que coloca o angolano em 62º) para conformar à lei e concorrer à presidência é oportunismo porquê? Teria de ter abdicado depois de a guerra acabar porquê? Alguém inteligente pode acreditar que seria isso um sinal de patriotismo? A que ponto de desespero chegou o outrora grande M...

Se mais alguma prova fosse necessária de que os partidos que temos já não dão resposta à diversidade de que precisamos hoje em dia e que caracteriza os países desenvolvidos, serve o facto de esse passado entre os partidos constituir uma barreira intransponível absoluta.

Daí que as dificuldades e os empecilhos à criação de novos partidos sejam um obstáculo bem mais grave ao desenvolvimento do que noutros contextos. Temos partidos cheios de maus fígados entre si, com pessoas que trazem querelas do passado com as quais a maioria do eleitorado já não se identifica porque é um eleitorado jovem e sem memória de guerra, e em que o processo de legalização de partidos novos é, (que o diga Abel Chivukuvuku), desencorajador e obstaculizador.

Aqui os quadros com cabeça e coragem para assumir avergonha e o asco da nova narrativa do partido não têm para onde fugir. É quase digno de dó, não fosse o estrago permitido pelo seu silêncio.

Se tudo vale em política, certamente não devia valer.



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Sobre [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos teus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

Fotos [Ver tudo](#)

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7



Edição 245 Partilhas 44 Likes 433

A edição 245 do Valor Económico alcançou mais de 30 mil internautas que reagiram e comentaram, maioritariamente a principal chamada de capa sobre a contestação no Tribunal Supremo do concurso público para o Porto de Luanda. Outros temas comentados foram a entrevista ao presidente da Câmara de Comércio Angola-China e as seis propostas de aquisição da rede de supermercados Kero, em posse do Ministério do Comércio.

Os comentários são seleccionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Graças e discussões personalizadas são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Tiago Malembe O Africano
Doutor Kuntondi Makuntima Roland, será que estes camaradas já iniciaram a "roubar" a sua opinião? Lê mais abaixo do post.



Joaquim António O Quaresma,
Carlos Pimenta, lembram-se do texto de Kuntondi Makuntima que fala sobre a corrupção?



Joaquim António O Quaresma
Tiago Malembe O Africano lembro-me perfeitamente. É como o Dr Kuntondi Makuntim disse. A burocracia gera corrupção. Esperamos que Assembleia aprove a lei dos prazos de cumprimento de solicitações mais rápido possível. A corrupção ainda se esconde na burocracia. "Se dissemos adeus burocracia, dizemos adeus corrupção". Gostei.



Helder Cruz
Quando uma comissão tem atitudes destas, está tudo dito meus Senhores.



Aroma Jovial Joclénio
Kkkkkkkk a corrupção está a esconder-se atrás da burocracia!



Neury Capone
Já está, num país onde não há separação de poderes, podem berrar até chorar, uma vez já, já está sempre!



Horacio Junior
E que o Jornal Valor deveria fazer era trazer o contraditório. O facto de um concorrente recorrer da decisão do concurso não significa que tenha razão. Não estamos é habituados aos concursos nem à reacção dos seus concorrentes. Vamos esperar a decisão do tribunal.



César Silveira
Horacio Junior o Jornal Valor Económico contactou a Comissão de Avaliação



Chicomba Samukusoka
A ilusão, mera utopia, que se está a vender aos angolanos é que a corrupção vai acabar. Ela sempre esteve e estará sempre presente principalmente nos contratos públicos. A diferença é que em países menos corruptos existem instituições e órgãos independentes de ética e anti-corrupção que garantem a transparência, lisura e concorrência leal na contratação pública e para além de assegurar a investigação das denúncias e protecção dos denunciantes. É por isso se observa escândalos de corrupção envolvendo presidente, chefes de governo e ministros em ofício. No caso de Angola seria transformar o IGAE em Alta autoridade contra a corrupção a depender da AN. E o financiamento ao jornalismo investigativo pela ERCA.



Carlos Luciano Cadáver
Estamos todos cientes de que o MPLA vai ganhar mais ne? Então, parem de criar expectativas de alternância no poder enquanto a CNE, TC, TS, TPA, Tvizimbo, palanca TV, R.Nacional, MFM, R.Mais, Angop e Edições Novembro estiverem sobre tutela do M.



Waldemar Fernandes
Angola cada vez mais longe de ser um país transparente...



Horacio Junior
Carlos Luciano Cadáver É tutelado pelo Estado. A única diferença é que o MPLA é que governa. Deixa dessa choradeira. A UNITA tem o seu espaço político. Quando é que a UNITA desenvolveu alguma actividade e que não tenha cobertura dos órgãos públicos? Agora, a UNITA tem que ter jogo de cintura para contornar os obstáculos sem queixas constantes. A política é um jogo, onde o outro com mais meios vai tentar criar dificuldades aos outros. O país não pode parar e os órgãos públicos não podem deixar de cobrir e divulgar as acções do governo porque governa para os angolanos. A UNITA é que tem que ser activa e dinâmica do ponto de vista positivo. Não pode só gritar e chamar o governo de bandidos, gatunos, etc. Tem que contestar as ideias, projectos e programas se for caso disso apresentando uma alternativa diferente, consistente. Isso não tem acontecido. Acho.

Covid-19



DO REINO UNIDO

Estudo indica que variante é até 70% mais mortal

Um estudo divulgado pelo governo britânico indica que a nova variante do novo coronavírus, agora predominante no país, pode ser até 70% mais mortal que as anteriores.

O novo relatório, que se baseia na análise de cerca de 12 estudos, revela que a chamada variante 'Kent', nome do condado onde foi inicialmente identificada, é provavelmente 30% a 70% mais mortal do que outras variantes.

Estes estudos compararam a hospitalização e as taxas de mortalidade entre as pessoas infectadas à nova variante e com outras.

"Os resultados da análise são preocupantes", declarou o médico David Strain, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de Exeter e responsável clínico da Covid-19 no Royal Devon & Exeter Hospital. "A maior transmissibilidade significa que as pessoas que anteriormente estavam entre as de baixo risco de contrair a covid-19 [particular-

mente as mulheres mais jovens e em boa forma física] estão agora a apanhá-la e acabam no hospital", afirmou Strain. Segundo o mesmo especialista, "isto é realçado pelos últimos números de hospitalizados, que agora indicam uma proporção de quase 50:50 entre homens e mulheres, em comparação ao facto de ser predominante nos homens na primeira vaga".

Os resultados do Estudo do New and Emerging Respiratory Virus Threats Advisory Group, publicado na página oficial do governo britânico, têm por base uma investigação preliminar, que foi divulgada a 21 de Janeiro.

O grupo responsável pelo estudo inclui peritos de universidades e agências públicas de todo o Reino Unido.

Os consultores científicos do governo do Reino Unido manifestaram ainda preocupação sobre como as mutações podem alterar as características da doença.

ESTE VERÃO

UE estuda opções para facilitar viagens

O comissário europeu para o Mercado Interno, Thierry Breton, explicou que está a ser estudado "um conjunto de recomendações" para viajar sem restrições no verão, incluindo um certificado de imunidade ao coronavírus ou um teste rápido.

"Para retomar uma vida quase normal e social são necessárias duas coisas: passar por esta fase e respeitar os comportamentos sociais para evitar a contaminação, e dar, a quem quiser deslocar-se, garantias de que não é portador do vírus, para si e para outros", declarou Breton, na TV BFM.

Thierry Breton, que reconheceu que as autoridades do turismo em vários países europeus estão a pedir medidas para permitir viagens, avançou que se estuda a possibilidade de emissão de um certificado.

A segunda condição é que existam testes rápidos "fiáveis e tão precisos quanto possível", para os quais as autoridades estão a trabalhar e a reflectir em conjunto com os cientistas, para que sejam produzidos testes "rapidamente e em abundância".

"Quando se entra num avião,

ou se faz um teste rápido ou se mostra um certificado de imunidade", disse Thierry Breton, observando que as companhias aéreas também estão à procura de soluções.

O comissário francês, que chefiava um grupo de trabalho sobre a produção de vacinas na União Europeia desde a semana passada,

explicou que a falta de vacinas na Europa se deve à produção. "Temos três vacinas licenciadas, mais duas nas próximas semanas. Em menos de um ano, teremos cinco vacinas que funcionam, é uma conquista científica. O problema é a produção, temos de aumentar a potência das nossas ferramentas industriais", afirmou.



SEM RESTRIÇÕES

Israel e Chipre fecham acordo para viagens

Israel e o Chipre concluíram um acordo que permite aos seus cidadãos viajar sem restrições entre os dois países depois de vacinados contra a covid-19.

O presidente israelita, Reuven Rivlin, que se encontrou com o homólogo cipriota, Nicos Anastasiades, em Jerusalém, saudou o acordo que vai "permitir retomar os voos entre os dois países", de acordo com um comunicado da Presidência

israelita, citado pela agência France Presse (AFP).

O presidente Rivlin invocou a adopção próxima de um "passaporte verde" que será fornecido aos israelitas depois de receberem as duas doses da vacina. Pelo seu lado, Anastasiades saudou as "calorosas relações" entre os dois países. "Numa altura em que o mundo está perturbado pelo novo coronavírus, as calorosas

relações entre os nossos países são mais importantes do que nunca", afirmou o Presidente cipriota, no seu comunicado.

Após um acordo com a farmacêutica Pfizer que inclui a cedência de dados clínicos dos israelitas, Israel já vacinou mais de 3,8 milhões de pessoas, o que representa cerca de 40% da sua população, e cerca de 2,4 milhões de pessoas já receberam as duas doses da vacina.

EM VÁRIAS CIDADES do Brasil surgem denúncias de casos de profissionais de saúde que fingem vacinar os pacientes idosos contra a covid-19, mas, apesar de espetarem a agulha no braço, não injectam o líquido da vacina ou a seringa está vazia, o que está a ser apelidado de “dose de ar”.

NO BRASIL

Falta de doses atrasa vacinação

A falta de doses disponíveis de vacinas contra a covid-19 no Brasil fez diminuir o ritmo de vacinação no país, cuja campanha nacional começou em Janeiro, admitiram as autoridades locais.

No Rio de Janeiro, a cidade brasileira que regista o maior número de vítimas mortais, com quase 20 mil óbitos, a Prefeitura alertou que só tinha doses suficientes para vacinar o sábado passado.

“Esperamos a chegada de novas doses na próxima semana. Se não for o caso, a vacinação será interrompida”, alertou o governo local em nota.

Em duas cidades da periferia do Rio de Janeiro, São Gonçalo e Niterói, a vacinação já teve de ser suspensa por vários dias por falta de vacinas.

O mesmo aconteceu em Salva-

dor, capital da Bahia, que interrompeu a vacinação dos profissionais de saúde e atrasou o processo para as pessoas de 80 a 84 anos.

No estado de São Paulo, coração económico do país, as autoridades de saúde também tiveram de adiar o início da vacinação.

“As datas foram definidas de acordo com a quantidade de vaci-

nas disponíveis. E não é suficiente”, revelou Jean Gorinchteyn, secretário de Saúde de São Paulo.

Até o momento, quase 12 milhões de doses - vacinas dos laboratórios chinês Sinovac e anglo-sueco AstraZeneca - foram distribuídas para todos os estados do Brasil e mais de 4,5 milhões de pessoas já receberam a primeira dose.



COM TANQUE DE OXIGÉNIO

Angola apoia Moçambique

Angola apoia Moçambique na luta contra a covid-19, com o envio de um tanque de oxigénio para doentes internados com necessidade de apoio respiratório, anunciou a Presidência da República moçambicana. “Um tanque de oxigénio parte segunda-feira num cargueiro militar, com destino a Moçambique”, lê-se em comunicado. A informação foi prestada pelo Presidente da República, João Lourenço, numa conversa telefónica mantida com Filipe Nyusi, chefe de Estado de Moçambique, no

âmbito dos contactos regulares entre ambos.

Durante a conversa, ambos “trocaram informações sobre a evolução da covid-19 nos dois países, assim como na região, e o impacto nas respectivas economias”. Os governantes trocaram igualmente informações sobre a situação de segurança e Nyusi actualizou João Lourenço sobre “as acções de combate ao terrorismo em Cabo Delgado”.

Os dois presidentes comprometeram-se “a manter consultas com regularidade e a fortificar a cooperação”.

PARA COMBATER PANDEMIA

Portugal entra em novo estado de emergência

Portugal entrou num novo período de estado de emergência para combater a pandemia, que se prolonga até 1 de Março, mantendo-se as regras de confinamento obrigatório que estiveram em vigor nos últimos 15 dias.

Na quinta-feira, o Conselho de Ministros aprovou o decreto que regulamenta o estado de emergência decretado pelo presidente da República de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, mantendo as actuais medidas, passando apenas a ser permitida a venda, nos estabelecimentos de comércio a

retalho que se encontrem já em funcionamento, de livros e materiais escolares.

No actual contexto de pandemia de covid-19 este é o décimo primeiro estado de emergência que Portugal enfrenta.

Para os próximos 15 dias, continua em vigor o confinamento obrigatório, em que a principal regra é ficar em casa, sendo obrigatório o teletrabalho sempre que as funções em causa o permitam e o ensino à distância.

Neste novo estado de emergência, mantêm-se as restrições de circulação entre concelhos. O comércio não

essencial, cafés e restaurantes vão permanecer fechados ao público, sendo apenas permitido o ‘take-away’.

A venda de qualquer tipo de bebidas à porta ou ao postigo de cafés ou restaurantes é proibida, bem como o consumo de refeições ou produtos à porta do estabelecimento ou na via pública, sendo apenas permitida a venda de produtos embalados.

A venda de bebidas alcoólicas continua proibida nas áreas de serviço e nos supermercados depois das 20:00, não sendo também permitido o seu consumo na rua.



Marcas & Estilos



Para amantes da literatura

Todo o verdadeiro amante da literatura é definido pelo seu marcador. É mais do que apenas um marcador, é uma marca pessoal. Identifique-se como um amante único da natureza e dos livros com este marcador de madeira feito à mão. Este marcador de madeira da Iron Roots é fino o suficiente para caber facilmente entre as páginas do seu livro favorito.

À medida do sabor

A Deluxe apresenta uma cabeça redenhada para colheres maiores e mais redondas, mesmo no sorvete mais resistente. Se está a pensar em servir torta de maçã ou apenas uma boa e velha sobremesa favorita de todos, não encontrará colher melhor.



AUTOMÓVEL

Típico do bom gosto

A Volkswagen não esconde a alegria que exhibe imagens do Taos. O SUV é equipado exclusivamente com o motor 1.4 TSI de até 150 cavalos de potência e câmbio automático de seis mudanças.

Entre os equipamentos, o Taos tem piloto automático adaptativo, tração automática de emergência, alerta de tráfego cruzado, sensores dianteiros, traseiros e laterais, monitoramento de pressão dos pneus e assistente de partida em rampas. Faróis e lanternas são de LED e a central multimídia é a VW Play, que já equipa Nivus e T-Cross. Recentemente, o sistema ganhou actualizações para o modo valet.

Visualmente, o Taos repete os traços gerais de outros modelos da Volkswagen, como Tiguan e T-Cross, mas apresenta diferenças expressivas para o Tharu. Na dianteira, o destaque fica para a iluminação de LED na grade, que parece dar sequência às luzes dos faróis. O pára-choques tem linhas próximas das do Nivus. No mais, as linhas horizontais são típicas da marca.

AGENDA

LUANDA

ATÉ 26 DE FEVEREIRO

Exposição 'Diálogo entre Gerações' dos artistas Arindo Bizerra e Horácio Katchanja, na Galeria Tamar Golan, na Ilha de Luanda. A mostra pode ser visitada de segunda a sexta-feira, das 9 às 17 horas.

DE 15 DE FEVEREIRO A 5 DE MARÇO

'Webinar': Direito das Finanças Pessoais, com o especialista em Regulação Económica, Financeira e Fiscal, Miguel de Carvalho. Inscrições a 25 mil kwanzas.

26 FEVEREIRO

Show de 'spoken word' The Poetry Show com Willy Ribeiro, Fernando Carlos, Irene A. mosi e Nzola Kuzediwa, na sala da Zap Cinemas, do Shopping Avenida, a partir das 18h30. O evento é promovido pela agência artística e educacional Art Sem Letra.

LIVROS



LIVRO CONCEBIDO pelo fotógrafo João Francisco Vilhena, com textos dos Cadernos de Lanzarote, de José Saramago, a partir do seu encontro com o escritor na ilha onde José Saramago fincará as raízes que darão lugar à segunda parte da sua vida literária.



A MAIS CLARA exposição de sempre sobre os conceitos básicos da contabilidade. Quer seja um gestor, um estudante, o dono de uma empresa ou um potencial empresário, é natural que precise de compreender os princípios básicos da contabilidade...



TURISMO

Aqui, sabe-se mais do que tudo

São mais de 2.500 anos de história e muito mais histórias para viver e contar. Descubra as antigas civilizações que marcam o passado e enchem de mistério o antigo casario, cuidadosamente caiado de branco. As cartas de amor de Mariana Alcoforado ainda hoje inspiram os mais românticos que encontram sempre um bom pretexto para visitar uma e outra vez.

Beja é uma cidade familiar onde é possível deslocar-se facilmente a pé ou de bicicleta, porque tudo fica perto e há sempre tempo para tudo. A um passo do mar, da capital e da vizinha Espanha, Beja encurta distâncias. Aqui, sabe-se mais do que tudo: viver.

O Alqueva faz qualquer um sonhar. Modificou a paisagem e abriu caminhos para uma nova agricultura. O aeroporto promete asas para transformar os sonhos em realidade. Investir em Beja é uma janela de oportunidades.

INICIATIVA DE RECICLAGEM VISA EXPORTAR

GPL pretende valorizar resíduos

RECICLAGEM. Limpeza pública, recolha, transporte, valorização e deposição final no Aterro Sanitário do Mulenvos, município de Viana, são os cinco eixos da estratégia do governo de Luanda, que visa acabar com os enormes focos de lixo que se registam em toda a extensão da capital.

Por Redacção

O novo instrumento de recolha de resíduos em Luanda visa a implementação da "cadeia de valor dos resíduos" e "melhorar a sua gestão durante todo o ciclo produtivo".

O Governo Provincial de Luanda (GPL) garante que a nova estratégia para aplicar o modelo de gestão dos resíduos sólidos surge para "valorizar os resíduos, através da reciclagem, transformação e exportação, abrindo espaço para o empreendedorismo.

Maior valorização dos resíduos sólidos, além da empregabilidade e o empreendedorismo, faz parte dos eixos da estratégia, apresentada durante um conselho de auscultação da comunidade, pelo assessor



jurídico da governadora de Luanda, Dário Bamba.

A Estratégia de Implementação do Modelo de Gestão dos Resíduos Sólidos em Luanda, observou o responsável, em declarações aos jornalistas, "não se trata de um novo modelo de limpeza", mas um mecanismo que surge com base no modelo aprovado em 2018 pela comissão económica do Conselho de Ministros.

Segundo a estratégia, Luanda, com cerca de oito milhões de habitantes, produz mensalmente cerca de 276 toneladas de lixo, o que perfaz 3,3 mil milhões de toneladas, "quantidade que doravante será mais valorizada".

O novo instrumento de recolha de resíduos em Luanda visa a implementação da "cadeia de valor dos resíduos" e "melhorar a sua

276

Toneladas, quantidade de resíduos produzidos em Luanda mensalmente.

gestão durante todo o ciclo produtivo, por via de maior participação dos cidadãos, das comunidades, empresas e órgãos da administração local do Estado".

A estratégia inscreve princípios de prevenção e do poluidor-pagador, sendo a entidade geradora de resíduos responsável pela sua gestão, assim como dos custos da mitigação do seu impacto, da hierarquia das formas de manuseio dos resíduos e da precaução.

Inclusão e participação, sustentabilidade, prossecução do interesse público, igualdade, concorrência e transparência, onde todas as fases dos processos de licitação devem ser definidas de forma aberta e geridos com lisura, compreendem igualmente outros princípios da estratégia.

O Governo de Luanda assegura que a estratégia surge para "redesenhar" os princípios e a estrutura do sistema de deposição, recolha, tratamento, valorização e destino final dos resíduos, melhorar os indicadores sanitários da província por via da abordagem integrada.

Adequar o modelo de limpeza ao contexto regulatório vigente, promovendo a desconcentração dos serviços de limpeza pública aos municípios são alguns dos objectivos específicos. A promoção da economia verde por via da redução, reutilização e reciclagem do lixo é igualmente assinada no documento.

Limpeza pública, recolha, transporte, valorização e deposição final no Aterro Sanitário do Mulenvos, município de Viana, são os cinco eixos da estratégia do governo de Luanda, que visa acabar com os enormes focos de lixo que se registam em toda a extensão da capital.

PELA RETIRADA DE CONTENTORES

Operadoras serão responsabilizadas

O governo de Luanda vai responsabilizar as operadoras de limpeza e recolha de resíduos sólidos que "deliberadamente" retiraram os contentores na rua, após suspensão de contratos por dívida acumulada das autoridades.

Segundo o GPL, a remoção

ilegal de contentores por parte das operadoras, na sequência da suspensão de contratos, em Dezembro, "agudizou" a problemática do lixo.

Estão em curso, neste momento, procedimentos para a responsabilização das empresas que retiraram os contentores, portanto os contratos que foram celebrados com as empresas são claros, ou seja, feita a cessação dos contratos, os meios e equipa-

mentos, como contentores, ficam para a entidade contratante", afirma o GPL.

O GPL tinha, até Novembro, uma dívida acumulada de mais de 246 mil milhões de kwanzas, situação que "forçou" a governadora Joana Lina a suspender os contratos com seis operadoras por "incapacidade de liquidar" os pagamentos atrasados.

Focos de lixo em Luanda, sobretudo nas vias primárias e

secundárias, paragens de táxi, mercados, passadeiras e interior de bairros, têm marcado nos últimos tempos o quotidiano luandense, com populares a manifestarem "indignação" com o cenário desolador.

De acordo com as autoridades, brevemente serão lançados novos concursos públicos para a concessão de serviço público com base num modelo aprovado em 2018 pelo Conselho de Ministros.



NÚMEROS DA SEMANA

1,3

Mil milhões USD, fundo disponibilizado pelo banco Afreximbank para financiar projectos em Angola.

60

Total de novos pedidos de crédito do Programa de Reconversão da Economia Informal, registados na última semana e avaliados em 67 milhões de kwanzas.

232

Reclamações contra o BPC das 795 que chegaram ao Departamento de Conduta Financeira do BNA, durante o último trimestre de 2020.

308

Milhões de euros, dívida que o governo de Luanda tinha com as operadoras de lixo, antes da suspensão dos contratos, em Dezembro.



BALANÇO DE 2020 DO INCA

Café rende mais de um milhão de dólares

Angola exportou, no ano passado, 27.701 sacos de 60 quilos de café verde (1.662 toneladas), que renderam mais de um milhão de dólares, revelou o director do Instituto Nacional do Café (Inca), Bonifácio Francisco, indicando Portugal, Espanha e Líbano como os principais destinos das vendas ao exterior.

Com o Uíge (45,7%) e o Kwanza-Sul (41,7%) a liderarem a origem da produção do 'bago vermelho', o Inca projecta lançar, no próximo dia 19, nos municípios de Kasongue (Kwanza-Sul) e Kaluquembe (Huíla), um projecto para a instalação de centros de produção e multiplicação de sementes de café arábica. A iniciativa surge depois de, no ano passado, terem sido distribuídas, pelo Ministério das Agricultura e Pescas, 160.920 mudas de café arábica, tendo sido contempladas as províncias do Huambo e Bié.

Os dados do Inca apontam que a produção do café comercial foi de 5.570 toneladas (café robusta e 480 arábica), totalizando 6.050 toneladas.

O Inca também coordena o processo de relançamento da produção de cacau. Para esse objectivo, explica a entidade, o centro de produção da cultura, continua a ser Cabinda, onde foram instalados viveiros para a produção de mudas e sua distribuição por quatro municípios da província. Bonifácio Francisco informou que as análises laboratoriais levadas ao exterior do país demonstraram resultados animadores para prosseguir a produção.

O instituto realizou também estudos de adaptabilidade, visando o fomento da cultura do Cacau no Uíge, Bengo e Kwanza-Norte, face à semelhança de condições climáticas com a província de Cabinda.

CANDIDATO A PRESIDENTE DA CCAC

Cupenala quer industrialização com ajuda da China

O empresário Luís Cupenala é o único candidato à sucessão de Arnaldo Calado na liderança da Câmara de Comércio Angola-China (CCAC) e promete trabalhar no sentido de tornar a câmara "muito mais interventiva, muito mais competitiva".

A ideia, explica, passa "fundamente por criar uma estrutura que permita que Angola não seja apenas um compadre pobre que fornece a matéria-prima para o desenvolvimento de outros países, mas que a China traga a experiência que lhe catapultou ao nível dos grandes países, para que Angola se possa industrializar não só para o consumo interno como para a exportação".

Luís Cupenala, que é vice-presidente da Câmara que existe desde 2017, revela que foi convidado pelo presidente cessante, salientando não ter

manifestado muito interesse, na primeira abordagem, há cerca de um ano. "Mas, em Dezembro, voltámos a falar e eu aderi", recorda o empresário, que também é membro da Câmara de Comércio Angola-África do Sul.

Com o acto eleitoral marcado para 20 deste mês, Manuel Arnaldo Calado garante, por seu lado, que decidiu não mais candidatar-se por entender que "chegou o tempo", lembrando que, aquando da sua tomada de posse, prometeu que não se candidataria quando sentisse que a câmara já estava no patamar a que se tinha proposto.

"Sinceramente, penso que chegamos ao nível a que nos tínhamos proposto quando tomamos posse. Então, já há outras pessoas para darem seguimento porque, se eu continuar, vou fazer a mesma coisa, vou repetir e, ao invés de fazer crescer, estaria a matar a Câmara. A perspectiva é que um outro colega faça com que a câmara dê o passo seguinte".



Luís Cupenala, único candidato à sucessão de Arnaldo Calado na liderança da Câmara de Comércio Angola-China